



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA
CAMPUS MINISTRO PETRÔNIO PORTELLA, CCN II
TERESINA, PIAUÍ**

ANA LIGIA TORRES COSTA CORREIA LIMA

**ARQUEOLOGIA URBANA E IDENTIDADE RELIGIOSA: ESTUDO SOBRE A
IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM BARRAS PI**

Teresina PI

2022

ANA LIGIA TORRES COSTA CORREIA LIMA

**ARQUEOLOGIA URBANA E IDENTIDADE RELIGIOSA: ESTUDO SOBRE A
IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM BARRAS PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia - PPG Arq da Universidade Federal do Piauí – UFPI, na linha de pesquisa em Conservação e Proteção Patrimonial, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Francisca Verônica Cavalcante

Teresina PI

2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Sistema de Bibliotecas da UFPI – SIBi/UFPI
Biblioteca Setorial do CCN

L544a Lima, Ana Ligia Torres Costa Correia.
Arqueologia urbana e identidade religiosa: estudo sobre a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição em Barras PI / Ana Ligia Torres Costa Correia Lima. – 2022.
93 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências da Natureza, Bacharelado em Arqueologia, Teresina, 2022.
“Orientadora: Profa. Dra. Francisca Verônica Cavalcante”.

1. Arqueologia Histórica. 2. Patrimônio Cultural. 3. Identidade Religiosa I. Cavalcante, Francisca Verônica. II. Título.

CDD 930.1

Bibliotecária: Caryne Maria da Silva Gomes - CRB3/1461

ANA LIGIA TORRES COSTA CORREIA LIMA

**ARQUEOLOGIA URBANA E IDENTIDADE RELIGIOSA: ESTUDO SOBRE A
IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM BARRAS PI**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia - PPG Arq da Universidade Federal do Piauí – UFPI, na linha de pesquisa em Conservação e Proteção Patrimonial, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arqueologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Francisca Verônica Cavalcante

Aprovado em 25 de julho de 2022

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Francisca Verônica Cavalcante (UFPI)
Orientadora

Prof.^a Dr.^a Maria Conceição Soares Meneses Lage
Examinadora Interna

Prof.^o Dr. ^o Hélder Ferreira de Sousa
Examinador Externo

Prof.^a Dr.^a Maria do Amparo Alves de Carvalho
Examinadora Suplente

Teresina PI
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a DEUS pela oportunidade de estar viva e chegar até aqui, superando todos os desafios inimagináveis que têm sido essa aventura destinada à minha breve passagem por este plano. Hoje não tenho dúvidas de que a minha vida é um milagre todos os dias.

Agradeço aos meus pais Júlio Santos e Roberta Torres pela vida e cuidado, e Cleonice Rocha (mãe/irmã), por todo o carinho e dedicação, vocês são os melhores que eu poderia ter.

Aos meus irmãos, Júlio Filho e Heloysa Torres, a minha melhor parte entre brigas e muito amor.

A minha sogra, Evandir Ribeiro (mais uma mãe que ganhei da vida), e como sou privilegiada por estar cercada de mulheres extraordinárias.

Ao meu companheiro, Jawilson Nascimento pela incansável força, meu suporte nos meus piores momentos, agradeço em especial por todo o cuidado com as minhas fragilidades, pela família maravilhosa que me deu, e por ser a base que sustenta os meus sonhos. Sou grata principalmente pela compreensão e proteção.

Aos meus filhos, Gabriel, Sofia e Maria, a certeza de que continuarei existindo sempre em vocês, sou grata pela compreensão com os meus limites e por todos os momentos mais incríveis que puderam me proporcionar até aqui e vão continuar me proporcionando por toda a eternidade.

A toda a família, inclusive aqueles onde o contato não é constante, mas o vínculo se estende para além do tempo.

Aos mestres que me acompanharam em toda a minha vida escolar, deixo aqui o meu sincero agradecimento.

Agradeço em especial a dois professores que foram a base para o meu ingresso nesse mestrado. O professor Ulisses Lima e o professor Dílson Lages.

Agradeço a todos os colegas da minha turma de mestrado na pessoa do querido Danyel Douglas Miranda de Almeida.

Dentro do PPG-Arq, tenho uma enorme gratidão a minha orientadora, Professora Francisca Verônica Cavalcante por toda dedicação e paciência com as minhas condições limitantes, a professora Maria do Amparo Alves de Carvalho que foi uma grande colaboradora em toda a construção da Arqueóloga que hoje existe em

mim. Agradeço também aos Professores Grégoire Van Havre e Claudia Minervina Sousa Cunha em especial no período que estiveram a frente da coordenação pela paciência com as minhas lamurias e momentos mais delicados. E hoje ao professor Luís Carlos Duarte Cavalcante, pela paciência e colaboração na reta final.

Deixo aqui externada a minha enorme gratidão a Cidade de Barras e ao povo barrense pela receptividade e contribuição nessa jornada.

Por fim agradeço a todos que colaboraram diretamente e indiretamente com a construção dessa pesquisa, e por todo o apoio recebido durante essa jornada.

RESUMO

A partir de uma abordagem da Arqueologia Histórica a pesquisa em tela tem como objetivo geral compreender a relação entre religião e cidade para moradores de Barras. E objetivos específicos: Observar a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e as suas transformações ao longo do tempo, levantando registros fotográficos e realizando inferências históricas; identificar fontes historiográficas locais cuja escrita servirá nesta pesquisa; verificar se existem registros e legislações de conservação patrimonial a nível municipal e estadual da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; analisar a importância da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição enquanto lugar de memória no surgimento da Cidade de Barras; investigar sobre o calendário de atividades da igreja católica e sobre a relação entre esta instituição e as políticas públicas, notadamente as que lidam com a questão do patrimônio; realizar um levantamento do Patrimônio resguardado em legislação municipal da cidade de Barras. A metodologia deste estudo está ancorada nos registros materiais e imateriais. Utiliza-se o método etnográfico da Descrição Densa de Clifford Geertz e o método da Arqueologia Histórica Pedro Paulo Funari e por meio de imagens de edificações e de entrevistas que trazem à tona as memórias de pessoas que se dispuseram a colaborar com esta pesquisa. A hipótese levantada trata a Igreja Matriz N. Sra. Da Conceição como um lugar de memória religiosa e política à medida que se encontra intimamente relacionada ao processo de elevação desse povoado a categoria de cidade. E busca compreender a importância desta igreja enquanto lugar de memória popular do surgimento da Cidade de Barras e para além de um patrimônio de pedra e cal pretende-se registrar o patrimônio imaterial (memória), que corre risco de desaparecimento.

Palavras Chave: Memória. Religião. Cidade. Patrimônio Cultural Material. Patrimônio Cultural Imaterial.

ABSTRACT

From an approach of Historical Archeology, the research on screen has the general objective of understanding the relationship between religion and city for residents of Barras. And specific objectives: To observe the Mother Church of Nossa Senhora da Conceição and its transformations over time, raising photographic records and making historical inferences; identify local historiographical sources whose writing will serve in this research; verify if there are records and legislation on heritage conservation at the municipal and state level of the Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; to analyze the importance of the Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição as a place of memory in the emergence of the City of Barras; investigate the calendar of activities of the Catholic Church and the relationship between this institution and public policies, notably those dealing with the issue of heritage; carry out a survey of the Heritage protected by municipal legislation in the city of Barras. The methodology of this study is anchored in material and immaterial records. The ethnographic method of the Dense Description by Clifford Geertz and the method of Historical Archeology Pedro Paulo Funari are used, through images of buildings and interviews that bring to light the memories of people who were willing to collaborate with this research. The hypothesis raised deals with the Mother Church N. Sra. Da Conceição as a place of religious and political memory as it is closely related to the process of elevating this village to the category of city. It seeks to understand the importance of this church as a place of popular memory of the emergence of the City of Barras and, in addition to a stone and lime heritage, it is intended to register the intangible heritage (memory), which is at risk of disappearing.

Keywords: Memory, Religion, City, Material Cultural Heritage, Immaterial Cultural Heritage

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Arte Rupestre encontrada no Sítio Tamboril	51
Figura 2 - Igreja N. Sra. da Conceição com gado circulando livremente (sem datação)	55
Figura 3 - Mapeamento da área pesquisada.....	57
Figura 4 - Sede da Academia de Letras do Vale do Longá (AVAL)	61
Figura 5 - Sede da Academia de Letras do Vale do Longá (AVAL)	62
Figura 6 - Igreja Matriz de Barras, 1957. Demolida em 1963	69
Figura 7 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.....	70
Figura 8 - Casa Rosada (sem datação)	71
Figura 9 - Casa Rosada estado atual.....	72
Figura 10 - Antigo Patronato (sem datação).....	72
Figura 11 - SEC. Municipal de Educação.....	73
Figura 12 - Usina Termoelétrica (sem datação)	74
Figura 13 - Câmara Municipal De Barras PI.....	75
Figura 14 – Antiga Sede da Prefeitura	76
Figura 15 - Missa do Vaqueiro	78

**ARQUEOLOGIA URBANA E IDENTIDADE RELIGIOSA: ESTUDO SOBRE A
IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO EM BARRAS PI**

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 UM DIÁLOGO TEÓRICO EM QUE A PESQUISA ESTÁ ANCORADA: ARQUEOLOGIA, ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA	21
2.1 Arqueologia breve histórico.....	28
2.2 Arqueologia Histórica.....	33
2.3 História Oral como fonte na Arqueologia	35
2.4 Arqueologia Urbana.....	37
2.5 Arqueologia da Paisagem	38
2.6 Uma abordagem de Educação Patrimonial, conhecer para preservar: histórico do SPHAN e IPHAN.....	40
2.7 Legislação: o respeito ao patrimônio está na lei!	41
2.8 Antropologia e o método de investigação participante.....	44
3 UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO ESPAÇO PESQUISADO: O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO PIAUÍ, O GADO.....	49
3.1 Caracterização do espaço da pesquisa: município de Barras, localização e mapeamento.....	57
3.2 Povoamento e emancipação política	58
3.3 Aspectos culturais, demográficos e econômicos.....	59
3.4 Terra dos governadores e dos intelectuais	60
4 ANÁLISE DE DOCUMENTOS SOBRE A PESQUISA ARQUEOLÓGICA: AS PRIMEIRAS FAMÍLIAS.....	63
4.1 Aspectos urbanos.....	67
4.2 A Igreja e suas transformações ao longo do tempo	68
4.3 Edificações próximas resguardadas pela legislação municipal.....	70
4.4 As festividades religiosas	76
4.5 Memórias que o tempo preservou.....	78
4.6 Memórias pessoais	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	91

1 INTRODUÇÃO

Barras é sem dúvida uma cidade religiosa, essa igreja não é a minha igreja, mas eu sei que tudo aqui aconteceu por causa dela, esses coronéis eram tão ruins que precisavam de uma igreja.
(*Maria de Lourdes da Silva, evangélica, lavradora, 65 anos*)

A História tem sido feita através de abordagens oficiais, muitas vezes silenciando as figuras cotidianas e comuns do povo. A fuga das grandes narrativas e dos grandes feitos tem se mostrado positiva, visto que possibilita a manifestação do povo, sua atuação ativa e transforma a população em sujeito de sua própria história. Tendo em vista a História vista de baixo: ela existe como um mecanismo de valorização da História de grupos sociais que podem ter pensado haver se perdido em algum momento do passado, ou que nem tinham conhecimento da existência de sua própria História. " [...] Os propósitos da história são variados, mas um deles é prover aqueles que a escrevem ou a leem de um sentido de identidade, de um sentido de sua origem". (BURKE, 1992. p. 59).

Assim como a maioria das primeiras cidades do Estado do Piauí, Barras se desenvolveu a partir de uma fazenda de gado conhecida como Buritizinho, que se transformou em um povoado alguns anos depois. Nessa localidade foi construída uma capela em meados do século XVIII, dedicada à Nossa Senhora da Conceição, atualmente padroeira da cidade. O Historiador barrense Antenor Rêgo Filho (2007) destaca:

Conta à lenda que um vaqueiro, a procura de uma ré desgarrada encontrou uma pequena imagem de Nossa Senhora da Conceição talhada em madeira, dentro de uma moita de tucum, localizada onde hoje está erguida a igreja matriz de Nossa Senhora da Conceição, em Barras. O vaqueiro levou o fato ao conhecimento de seu senhorio, rico fazendeiro, filho da província da Bahia, dono de vasta gleba de terra – Coronel Miguel Carvalho Aguiar – que, como obstinado católico, deu início a construção de uma capela, com a finalidade de homenagear a imagem da santa, encontrada pelo vaqueiro, insto no ano de 1749. Entretanto, o rico coronel faleceu antes do término da edificação da capela. Com a morte do Coronel Miguel Carvalho Aguiar, o sobrinho e herdeiro Manoel da Cunha Aguiar, sob orientação do Frei Manoel da Penha e do Padre Gabriel Malagrida, deu continuidade a construção da capela, com ajuda de alguns fiéis. (RÊGO FILHO, 2007, p. 35).

A Igreja, que teve sua construção concluída em 1806, acabou por se tornar o alicerce para o desenvolvimento do núcleo de povoação, a partir da Fazenda Buritizinho. Em 1819 assumiu a direção da capela o então tenente, José Carvalho de Almeida, que em 1831, lançou os fundamentos de um novo templo abarcando toda a área ocupada pelo anterior que foi demolido em 1835. A nova igreja teve sua construção concluída em 1852, mas 111 anos depois, em 1963 foi demolida, com a

alegação de que estava com a estrutura física comprometida sendo construída no local a atual Igreja Matriz da cidade de Barras.

Deste modo surgiu o anseio de pesquisar como se deu o surgimento da cidade de Barras e essa possível relação com a igreja, através da análise das memórias repassadas pela oralidade. Tendo em vista uma provável perda dessas memórias que correm o risco de desaparecimento próximo, devido à idade avançada de alguns informantes; e os registros da atividade intelectual dos homens letrados na escrita dessa história, bem como também analisar acervos fotográficos para verificar as transformações impostas pelo processo de urbanização, e poder compreender qual o significado do legado deixado como patrimônio cultural para essa gente.

O principal templo religioso e católico do município de Barras confunde-se em grande parte com a própria história da criação e desenvolvimento da cidade que teve seu crescimento populacional a partir do entorno da igreja. Neste sentido, encontramos como problema de pesquisa identificar como essas transformações urbanas estão registradas na memória das pessoas que acompanharam essa evolução do perímetro urbano central, e no entorno desta igreja, onde se deu o início da construção da cidade.

A hipótese levantada trata a Igreja N. Sra. Da Conceição em Barras PI, como um lugar de memória religiosa e política à medida que se encontra intimamente relacionada ao processo de elevação desse povoado a categoria de cidade. E buscou compreender a importância desta igreja enquanto lugar de memória popular do surgimento da Cidade de Barras e para além de um patrimônio de pedra e cal em que se pretendeu registrar o patrimônio imaterial (memória), que corre risco de desaparecimento.

Em se tratando de Barras, a fazenda Buritizinho estava situada em zona privilegiada coberta por matas de cocais, muitos buritizais, carnaubais, cerrado e uma pequena quantidade de caatinga, características da transição para a Amazônia. Conforme os relatos a seguir o fundador da cidade, coronel Miguel Carvalho de Aguiar, baiano de nascimento, saiu da região das barrancas do São Francisco e se arriscou na travessia do sertão, para instalar a sede do seu domínio territorial no vale do Longá, mas especificamente onde este rio encontra-se com o Marataoan, uma área rica de pastagens e solos férteis.

O Historiador barrense Antenor Rêgo Filho (2007), a este respeito diz que:

As vilas piauienses tiveram em comum, quase sempre, como origem de suas existências, os currais, as capelas, o comércio e as margens dos rios e aguadas. Tudo era mata virgem, chapadas e caatingas. Os criadores geralmente procuravam as margens dos rios, as aguadas e as boas pastagens para localizarem os criatórios de gado. Barras do Marataoan não fugiu à regra, nascendo de uma destas ocorrências. (RÊGO FILHO, 2007, p.35).

Voltando ao ano de 1836 por meio de decreto provincial o núcleo de povoamento da Fazenda foi transformado em Distrito de Paz, pertencente a Campo Maior. Três anos depois, criou-se, por lei Provincial de 1839, a Freguesia ou Paróquia de Barras, tendo sido seu território desmembrado de Santo Antônio de Campo Maior e da de Nossa Senhora da Divina Graça da Parnaíba.

Através do decreto nº 01 de 28 de dezembro de 1989, o então governador do Piauí a época, o barrense Gregório Taumaturgo de Azevedo, elevou da categoria de Vila para Cidade com a denominação de “Barras do Marataoan”. O Historiador Antônio Fonseca Neto descreve que:

Barras tem vida autônoma. Em 1870, tornou-se cabeça de comarca e em 1889 ganha status de cidade, juntamente com Campo Maior, União e Piracuruca. Antes destas, o Piauí tinha apenas 4 centros urbanos com esse título: Teresina, Oeiras, Parnaíba e Amarante. Há uma curiosidade histórica que ajuda a explicar a atribuição do título de Cidade as quatro vilas do norte piauiense: o decreto que as declara cidade é o primeiro baixado pelo Governo Provisório, pouco mais de um mês (28/12/1989) após a proclamação da República e a transformação da Província em Estado do Piauí. (NETO, 1996, p.17).

Retornando aos primeiros anos que antecederam a emancipação de Barras, a povoação ganhou ares de Vila. O Historiador barrense Antenor Rêgo Filho em sua obra “Barras Histórias e Saudades” (2007) apresenta um ofício do Presidente da Província do Piauí, de setembro de 1826, onde solicita ao Governo Imperial que se criasse uma Freguesia no local, bem como a solicitação de que o povoado ali existente fosse elevado à condição de Vila.

Fé e devoção são elementos inseparáveis nesse processo formador da identidade cultural do povo barrense, sendo a religião a argamassa que sustenta esse princípio de unidade e é manifestada na tradição cultural dos festejos e outras práticas típicas do sertanejo, enraizadas na comunidade e no cotidiano dessa gente.

A realização deste estudo visou contribuir para o conhecimento do passado do município de Barras, trazendo novos ensejos, buscando reconstruir importantes fatos históricos que marcaram o período, fazendo uma analogia entre Patrimônio cultural material e imaterial. Ao tempo em que faz a ligação com a religiosidade, estabelecendo um diálogo direto com a população, colocando à disposição de todos

os interessados um conhecimento sistematizado para a construção da identidade deste município.

Com as atualizações históricas e o levantamento de dados, este trabalho fornece informações referentes ao desenvolvimento urbano de Barras-PI, que podem ser utilizados como fonte de pesquisa para futuros estudos.

Caminhando numa perspectiva arqueológica histórico-cultural, por ser uma teoria que trabalha o significado de sociedades históricas em divisão de grupos étnicos e culturais de acordo com a cultura material produzida, como defende o Arqueólogo Pedro Paulo Funari em “Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica” pretende-se fundamentar e contextualizar esta ligação entre arqueologia, antropologia e história, no intuito de observar como isso se dá na prática.

Sobre isso o Arqueólogo Pedro Paulo Funari (2005) relata que:

O modelo histórico-cultural parte do pressuposto que a cultura seja homogênea e que as tradições passem de geração a geração. Desta forma, seria possível tentar determinar os antepassados dos germanos ou dos guaranis. Este modelo, ainda que tenha sofrido muitas críticas, como veremos, continuar a ser o mais utilizado em Arqueologia, em suas múltiplas variantes e formas. (FUNARI, 2005, p. 4).

Na arqueologia a materialidade é de fundamental importância, pois a produção material de uma sociedade serve de alicerce para que se possa obter conhecimento do passado e as transformações. Deste modo, tudo que é produzido materialmente, nos fornece dados para identificar e compreender e é a partir deste ponto que arqueólogos buscam ultrapassar os quadros limitantes da historiografia baseada nas fontes documentais. Segundo o Arqueólogo Pedro Paulo Funari, isto “constitui sua própria essência e a cultura material pode tratar de temas simplesmente ausentes ou ignorados pela documentação, como no caso das grandes maiorias, da vida rural e do cotidiano” (FUNARI, 2002, p.107).

Para fundamentar o discurso sobre memória no trabalho ao qual se apresenta como objeto de pesquisa, utilizamos o texto “História e Memória” do Historiador Jacques Le Goff e o artigo “Memória esquecimento e silêncio” dos sociólogos Michael Pollak e Maurice Halbwachs. Primeiramente temos que pensar a memória como um elemento essencial para a sociedade atual por que é por meio dela que construímos identidades individuais e coletivas. Jacques Le Goff diz em seu trabalho que as memórias individuais são influenciadas por forças como afetividade, interesse, desejo, inibição e censura, e que existem forças também que interferem na construção de

uma memória coletiva, mas, que não são necessariamente essas da memória individual, elas normalmente estão ligadas com as lutas sociais para alcançar o poder. Para Le Goff (2003, p.419), a memória é utilizada “Como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Para esse autor não são apenas os lugares de memória importantes, mas também os produtores e criadores da memória, uma vez que se percebe na sociedade do século XX o valor do papel que a memória coletiva cumpre. Se considerarmos o processo de desenvolvimento das sociedades observarmos que essa memória, além de uma grande conquista, é um instrumento e objeto de poder.

Nas abordagens do sociólogo Maurice Halbwachs (1990, p.52), com base na Sociologia da Memória, afirma também, que a memória é construída por grupos sociais e são esses grupos que determinam o que vai ou não ser lembrado. A memória nesse sentido, é a reconstrução de fragmentos do passado da história; existe ainda a presença da “amnésia social”, a supressão ou esquecimento de outros acontecimentos da cena histórica que é praticada pelos historiadores ao recortarem o tempo, espaço, documentos e objetos de estudos, ocorrendo assim, seleção de fatos.

O sociólogo Halbwachs (1990) argumenta que:

No mais, se a memória coletiva tira sua força e sua duração do fato de ter por suporte um conjunto de homens, não obstante eles são indivíduos que se lembram, enquanto membros do grupo. Dessa massa de lembranças comuns, e que se apoiam uma sobre a outra, não são as mesmas que aparecerão com mais intensidade para cada um deles. Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Ainda segundo Le Goff, a memória enquanto um fenômeno social pode ser interpretado como uma seletiva reconstrução do passado, com base em ações subsequentes, percepções e novos códigos, por meio dos quais se delinea, simboliza-se e se classifica o mundo à nossa volta. A memória, é onde cresce a história, que por sua vez procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. “Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens” (LE GOFF, 2003, p. 477). Para ele essa seleção do passado é feita pela história que se desenrola como uma construção seletiva e subjetiva desse mesmo passado.

É importante frisar, que todos os tipos de memória, seja ela individual, coletiva, familiar, nacional ou qualquer tipo de memória tem muito a ver com a interação com o que é vivido, aprendido e com o que é transmitido culturalmente.

Nesta pesquisa se fez uso também da História Oral, onde através de entrevistas busca-se analisar parte da memória dos sujeitos desta pesquisa. A utilização desta técnica justifica-se pelo fato de a mesma proporcionar a recuperação de informações sobre acontecimentos que não se encontram registradas em outras fontes. Para Le Goff (2003, p. 419), a memória “Como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Merece atenção à parte, neste trabalho, o modo como a ideia de surgimento de cidade no entorno da Igreja da Matriz (como é popularmente chamada) continua influenciando a religiosidade do povo barrense. O mito da imagem da padroeira encontrada entre espinhos em uma moita de tucunzeiro atravessa já quase dois séculos e continua a desafiar a própria história que o envolve.

Todos os anos as pessoas são envolvidas por esse clima de fé e devoção, amparadas pela lenda enraizada na memória do povo e a imagem da Imaculada Nossa Senhora da Conceição, a quem é dada o domínio material, espiritual e temporal sobre todas as coisas que ajudam a compor a paisagem da flora, da fauna e da alma humana.

A passagem do testamento do Coronel Miguel Aguiar, escrito ainda em vida está transcrito nas páginas da obra “Barras Histórias e Saudades” do Historiador Antenor Rego Filho (2007), é um relato pungente dessa parte historiada de Barras, assim manifestado:

e mais lhe deixou pelo amor de DEUS ESTE MEU SITIO DA CONCEIÇÃO DAS BARRAS, com todas os seus gados vacuns e cavalares que nele se acharem de meu ferro e sinal com todas e mais gado e miúdos, carneiros, cabras, porcos e tudo o mais, como também a metade das peças de prata, casa e mais trastes. (RÊGO FILHO, 2007, p. 47).

Todas estas coisas e muitas outras são deixadas em patrimônio à Santa em testemunho da grande devoção pela padroeira, consagrada a partir da construção da capela onde ocorrem manifestações religiosas, como os festejos da padroeira no formato que ainda hoje, em parte, é preservado pelo repasse das memórias de geração a geração, por meio da oralidade e da cultura predominante no cotidiano.

A pesquisa em tela tem como objetivo geral compreender a relação entre religião e cidade para moradores de Barras. E objetivos específicos: Observar a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e as suas transformações ao longo do tempo, levantando registros fotográficos e realizando inferências históricas; identificar fontes historiográficas locais cuja escrita serviu nesta pesquisa; verificar se existiam registros e legislações de conservação patrimonial a nível municipal e estadual da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; analisar a importância da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição enquanto lugar de memória no surgimento da Cidade de Barras; investigar sobre o calendário de atividades da igreja católica e sobre a relação entre esta instituição e as políticas públicas, notadamente as que lidam com a questão do patrimônio.

A metodologia deste estudo está ancorada nos registros materiais e imateriais. Utiliza-se o método etnográfico da Descrição Densa do Antropólogo Clifford Geertz (2012) e o método da Arqueologia Histórica do Arqueólogo Pedro Paulo Funari (2002) e por meio de imagens de edificações e das memórias de pessoas que acompanharam as suas construções ou que passaram a habitar a cidade nestes primórdios do seu surgimento.

Delimitou-se como campo empírico do presente estudo, o perímetro central urbano, mais precisamente a Igreja Matriz N. Sra. Da Conceição e o seu entorno, as atividades intelectuais de homens letrados deste município, suas produções, registros tais como livros, jornais, fotografias e memórias evocadas por sujeitos que trazem à tona parte da história deste município. Portanto, a metodologia contempla observação participante e pesquisa documental.

Para alcançar os resultados e respostas acerca das proposições apresentadas como objetivos de estudo, realizou-se a análise bibliográfica e documental, fontes primárias, ensaios críticos, artigos, teses, dissertações e afins, seguidas pela análise das narrativas, presentes na produção historiográfica de autores piauienses e barreenses que foram encontrados no acervo bibliográfico e literário da Academia de Letras do Longá e outros, relativa ao povo desta comunidade e sua formação urbana, onde reuniu-se informações que serviram de base para a construção desta investigação. Proposta esta que possibilitou conhecer, identificar e dar visibilidade aos patrimônios culturais material e imaterial de Barras PI.

Fez-se necessário também destacar a pesquisa de campo onde se realizou mapeamentos, entrevistas, visitas a igreja e aos casarões tidos como patrimônio,

visitas a Academia de Letras Vale do Longá para uma maior identificação com a realidade do objeto de pesquisa (o registro das memórias das transformações do perímetro central de Barras). Sendo assim, a pesquisa se classifica como exploratória, e consistiu num estudo de familiarização da pesquisadora com o objeto analisado e transcorreu a partir do método de análise de documentos e levantamento de memórias coletivas, visto que se utilizou a igreja e o centro histórico no intuito de atingir os objetivos propostos para a construção de uma análise científica sobre a cidade de Barras.

Portanto, o método de pesquisa escolhido favoreceu uma maior liberdade de análise trilhando diversos caminhos do conhecimento, possibilitando assumir variadas posições no transcurso deste estudo, não limitando atribuir uma resposta única e universal a respeito do objeto estudado. Essa temática apresenta-se nos diversos artigos pesquisados em diálogo com a memória e embora alguns tenham abordagens diferenciadas permitiu que realizássemos sínteses comparativas com diversos autores que tratam desse assunto.

Este trabalho visa contribuir para um melhor entendimento acerca da formação do município de Barras, tomando como um dos objetos de estudo a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição que se apresenta como dois pilares fundamentais: a fé católica, e a fazenda de gado.

No primeiro capítulo buscamos contemplar uma revisão teórica em que a pesquisa está ancorada, abordando a relação entre História, Antropologia e Arqueologia destacando a trajetória desses conceitos e as mudanças ocorridas nas últimas décadas, bem como conceitos de Arqueologia Histórica, Arqueologia Urbana, Arqueologia da Paisagem, Antropologia e o método da investigação participante, Patrimônio e Patrimônio Cultural, ressaltando a importância da Educação Patrimonial na preservação e salvaguarda da História. Com o objetivo de contextualizar uma pesquisa Arqueológica e abordar a definição de sociedades históricas em agrupamentos étnicos e culturais distintos de acordo com a sua cultura material. A partir do texto intitulado “Arqueologia – Antropologia Ou História? Origens e tendências de um debate epistemológico”, o Arqueólogo Luís Cláudio Pereira Symanski, busca discutir como Arqueologia e a Antropologia se relacionam ao longo do século XX. Também se buscou contemplar teoricamente o método etnográfico da Descrição Densa desenvolvido por Clifford Geertz utilizado no nosso campo de pesquisa. Chegou-se à conclusão que a interdisciplinaridade e a pluralidade de

conceitos e métodos tendem a fortalecer e abrir possibilidades que permitem um maior corpo teórico, favorecendo liberdade na análise, movendo-se por diversos caminhos do conhecimento, possibilitando assumir variadas posições no decorrer desse estudo, não limitando-se a atribuir uma resposta única a respeito do objeto de estudo.

O segundo capítulo é dedicado a uma contextualização histórica e geográfica do espaço pesquisado, onde buscou-se uma revisão dos principais fatos históricos do processo de colonização do Piauí e a caracterização do espaço da pesquisa: o município de Barras destacando onde está sua localização, através de mapeamento, abordando a história do seu povoamento e emancipação política, revelando aspectos culturais, demográficos e econômicos. Para que houvesse uma melhor compreensão dessa temática buscou-se uma revisão teórica do processo de colonização do Piauí, e os motivos que levaram homens a abandonarem muitas vezes suas origens e se aventurarem pelas terras desconhecidas, até então, do sertão piauiense. Citados neste capítulo destaca-se como referências bibliográficas na pesquisa sobre o processo de colonização do Piauí o Historiador e Sacerdote Religioso Monsenhor Chaves (2013) e Padre e Historiador Serafim Leite (1945).

No terceiro capítulo é abordado especificamente a análise de documentos sobre a pesquisa arqueológica, a fazenda e a Igreja dedicada à Nossa Senhora da Conceição, O testamento do Coronel Miguel de Carvalho Aguiar, as primeiras famílias e o relato das possíveis origens, o processo de urbanização no entorno da igreja, aspectos urbanos. A análise das transformações da igreja ao longo do tempo através de registros fotográficos das edificações e das tradicionais festividades religiosas que passa de geração em geração ao longo dos anos desde o início do povoamento deste lugar, bem como o levantamento de algumas memórias coletivas que tratam do surgimento da cidade de Barras. Destaca-se como referências bibliográficas escritores e historiadores locais como Antenor Rêgo Filho (2007) e o professor Dílson Lages, através das suas memórias, de fundamental importância para essa pesquisa, como fontes vivas, com registros escritos e orais, e chega-se à conclusão da valiosa contribuição e importância desses registros na conservação e salvaguarda do Patrimônio Material e Imaterial da história de Barras.

Na conclusão retomou-se o percurso do trabalho e apontou-se para os resultados diante dos objetivos indicados no princípio

2 UM DIÁLOGO TEÓRICO EM QUE A PESQUISA ESTÁ ANCORADA: ARQUEOLOGIA, ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA

É importante você querer escrever essa história e deixar a gente falar também, tem gente que não escreveu livro, mas sabe contar história. (Maria de Lourdes da Silva, evangélica, lavradora, 65 anos)

A partir do estudo exposto em: “Arqueologia – Antropologia Ou História? Origens e tendências de um debate epistemológico”, inicia-se um importante caminho para essa pesquisa, no tocante de conhecer as teorias percorridos para fundamentar esse trabalho, o Arqueólogo Luís Cláudio Pereira Symanski busca discutir como arqueologia e a antropologia se relacionam ao longo do século XX, usando conceitos e métodos teóricos comuns, e como essas duas disciplinas se relacionam com a história. Portanto, pouca atenção é dada às tendências teóricas europeias, como o funcionalismo britânico e o estruturalismo francês, e elas só são citadas quando têm impacto ou diálogo com a arqueologia e a antropologia americanas. Mais uma coisa a enfatizar é que a abordagem parte da perspectiva da arqueologia, e busca compreender os métodos antropológicos do culturalismo norte-americano que são considerados quando estiverem relacionados à arqueologia e ao campo de pesquisa.

Os debates demonstram que a Arqueologia na Europa e na América do Norte percorreram diferentes caminhos de desenvolvimento. Na Europa, a institucionalização da arqueologia se deu inicialmente no departamento de história, e era percebido uma ligação mais clara entre arqueologia e história, neste caso, com a pré-história da população europeia. Por outro lado, nos Estados Unidos, a institucionalização da arqueologia aconteceu no departamento de Antropologia, seguindo assim fluxos distintos.

Construir uma pesquisa que caminha de modo interdisciplinar nos exigiu entender através da teoria que há, assim, um vínculo já no princípio do desenvolvimento dessas disciplinas, no começo do século XX. Symanski (2014) afirma que:

Este vínculo devia-se ao fato de que, nas Américas, o passado pré-colonial não tinha relação alguma com a história dos colonizadores europeus. O estudo das sociedades nativas – do outro não-ocidental – era realizado, assim, pela antropologia. Dado que caberia à arqueologia o estudo do passado desse outro, nada mais óbvio do que esta ser incorporada na antropologia. (GOSDEN, 1999, p. 32-48; TRIGGER, 1989, p. 186-195.apud SYMANSKI 2014 p. 12).

Trabalhando essa pesquisa numa perspectiva arqueológica e histórica usando método antropológico é relevante abordar o nascimento da antropologia americana como disciplina que está profundamente vinculado à imagem do Antropólogo alemão

Franz Boas, segundo Symanski. Para Boas (2005), a Antropologia não deve estar ligada à etnografia atual e sim a um empreendimento global que busque um entendimento da sociedade, da cultura e das histórias locais. Para chegar em uma natureza consistente, a pesquisa deve envolver quatro áreas: a antropologia cultural, a antropologia biológica, a linguística e, claro, a arqueologia.

Para Boas (2005), como herdeiro da tradição romântica alemã, ele acredita que: "cada nação é produto de uma trajetória histórica única e que a antropologia deve se estabelecer como a história de uma nação indígena". (BOAS,2005, Apud SYMANSKI,2014, p.12). Portanto, ignora os princípios e modelos teóricos universais que explicam a cultura, como os adotados pelos evolucionistas culturais no final do século XIX.

Segundo Boas (2005, p.46), o único caminho de acesso para a compreensão das forças internas da dinâmica cultural é a do fenômeno da aculturação, discutido como "... a remodelação de elementos estrangeiros segundo os padrões que prevalecem em seu novo ambiente". Pesquisas e trabalhos visando a abrangência de um processo que acabaria por revelar aspectos comuns a todos os fenômenos históricos, levando assim ao entendimento de "... regularidades culturais que poderiam explicar a dinâmica cultural" (BOAS, 2005, apud SIMANSKI 2014 p. 13).

Essas ideias traçavam o mesmo percurso dinâmico da cultura arqueológica, que estava sendo abordada tanto na arqueologia europeia quanto na norte-americana nesse período. Boas, trabalhou um conceito plural de cultura, tratada como aquele conjunto de tudo que possa caracterizar um povo. A cultura material, estudada na arqueologia, seria um desses elementos, sendo assim, a noção de cultura arqueológica e os objetos materiais por ela estudados. E essa ideia de cultura continuará entre os arqueólogos norte-americanos durante a primeira metade do século XX. Nessa pesquisa esse conceito de cultura é importante pois busca-se analisar o conjunto de tudo que possa caracterizar Barras partindo do elemento material principal que é a Igreja, inicialmente vista como símbolo do processo de ocupação desse território.

O campo da ecologia cultural desenvolvido pelo Antropólogo Julian Steward(1962) é interessante ser observado nessa pesquisa por que ele tinha como objeto de estudo os processos de adaptação das sociedades humanas ao ambiente que ocupavam, era um modelo que buscava compreender os mecanismos de amoldamento das sociedades aos ambientes, de tal modo que o foco se voltava para o entendimento de

princípios gerais que elucidassem as regularidades e diferenças nesse processo, ou seja, para o domínio da ciência.

Symanski (2014) afirma que:

Porem antes dessa abordagem de ecologia cultural de Steward, outra figura relevante para refletir esta produção e utilizar uma discussão científica para a antropologia será Leslie White que irá ao extremo de determinar em seu trabalho a antropologia cultural como sendo uma seção das ciências naturais que trabalha com o fenômeno da energia em sua forma cultural e pode-se observar que assim como Steward, White também traz em suas abordagens a uma orientação materialista, de cunho evolucionista e sob forte influência marxista. Com base nas ideias de Marx, ele dividirá a cultura em três domínios ou sistemas: tecno-econômico, social e ideológico (SIMANSKI,2014, p.15).

Assim observa-se que a antropologia nos Estados Unidos chegará à década de 1960 influenciada por uma ideia fixa materialista, de uma cientificidade baseada no modelo das ciências naturais que busca debates com princípios fundamentados em modelos teóricos.

Na Arqueologia esse movimento toma novo pensamento em 1940 com o antropólogo Clyde Kluckhohn (1940), fazendo uma crítica à abordagem particularista que dominava na arqueologia, voltada somente para atender os interesses da história, buscando a compreensão dos eventos únicos e de forma isolada. Surgiu uma proposta para que os arqueólogos buscassem tratar seus trabalhos como parte de uma iniciativa mais geral de compreensão do comportamento humano, exigindo um plano conceitual explícito onde as evidências pudessem ser coletadas e analisadas. Sendo assim,

Os dados arqueológicos, deveriam ser analisados buscando entender as intenções nas respostas humanas a determinados estímulos vivenciados, de natureza ambiental, biológica ou social. Tal meta marcaria o interesse científico antes que o histórico (KLUCKHOHN, 1940, apud SYMANSKI ,2014, p. 16).

Symanski (2014) aponta que as ideias do Antropólogo e Arqueólogo Walter Willard Taylor vão desenvolver dois temas importantes que são, a análise da arqueologia como história e como antropologia, e a reconceitualização da noção de cultura, de modo que fosse aplicável à Arqueologia. Segundo ele, o principal problema da arqueologia está nos desencontros de suas metas: como uma vertente da antropologia suas metas deveriam ser relacionadas às daquela; claramente atestados, eles eram históricos, incidindo na reconstrução da história dos povos do passado, deste modo, observando essa linha de pensamento, ele indaga se seria meta da antropologia essa reconstrução da história, e que, em caso positivo, levaria

a antropologia a ter a mesma finalidade da história. Essa perspectiva nos permite pensar Barras e o seu processo de urbanização como reconstrução da história desse povo.

De tal maneira,

A antropologia, por sua vez, também na qualidade de uma disciplina histórica seria, necessariamente, caracterizada por esses quatro níveis de procedimento. Manteria, porém, uma diferença fundamental: ser fundada no conceito de cultura. O interesse primordial da antropologia residiria, assim, '... na elucidação da natureza, dos processos, e do desenvolvimento da cultura' (TAYLOR, 1948, p. 39 Apud SYMANSKI, 2014, p. 17).

Deste modo, observa-se que a antropologia cultural teria como ponto de partida a comparação da estática e da dinâmica da cultura e a arqueologia se fundamentaria como história na medida em que haveria restrição ao quarto de procedimento, como a sintetização do dado cultural em um contexto específico. Tornando-se antropologia quando avançasse para outro nível, baseando-se nos contextos culturais construídos e objetivando o estudo comparativo da dinâmica cultural.

Essa abordagem descrita por Symanski aponta que " a ideia entre história e antropologia defendida por Taylor apenas reproduzia as ideias centrais apresentadas pelos Antropólogos Alfred Kroeber, em 1935, e seguidas por Clyde Kluckhohn, em 1940" (SYMANSKI,2014, p.17); deste modo, observava-se uma concordância que a antropologia e a arqueologia, precisariam ir além do particularismo da história e se individualizar pelo estudo científico da dinâmica cultural.

O uso da antropologia neste trabalho é um princípio científico metodológico, diferente da história e da arqueologia, embora se concentre no estudo de eventos específicos em vetores de espaço e tempo, seu objetivo básico é descobrir leis eternas e independentes do espaço. Semelhante a Taylor (1948), ela também buscará entender a relação entre antropologia e arqueologia, mas comparar os níveis procedimentais de cada disciplina, ou os três níveis organizacionais que ele acredita serem adequados para qualquer análise científica: nível de observação, nível de descrição e explicação. Neste trabalho buscamos apenas observar a relação entre as disciplinas no intuito de contemplar teoria e prática no estudo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e a sua relação direta com o desenvolvimento urbano de Barras e as memórias locais desse processo.

Deve-se ressaltar que a mudança mais importante adotada pelo plano processual é o conceito de cultura: como discutido até agora na arqueologia, a cultura é considerada principalmente como tradição: um grupo é transmitido de geração em

geração ou por meio do contato entre diferentes grupos, fenômeno esse verificado inicialmente no campo a que buscamos estudar pois observa-se um comportamento passado de geração a geração que são os tradicionais festejos vinculados a Igreja que é objeto do nosso estudo.

Sobre essas questões Symanski (2014) aponta que:

Nesse entendimento assumiam-se duas características importantes da cultura: a homogeneidade cultural de um grupo onde todos compartilham a mesma cultura, e a continuidade cultural, a qual independia de mudanças ambientais. Ou seja, a cultura era basicamente conservadora. Nesse sentido, as mudanças eram produto de uma causa primordial: o contato com outras culturas, seja direto, pela migração, seja pela adoção de traços culturais e pela difusão (BINFORD, 1965, p. 204; FLANNERY, 1972 [1967], p. 103; WATSON, 1995, p. 684 apud SIMANSKY 2014 p. 21).

Entre as décadas de 1960 e 1970, a arqueologia processual ainda tinha domínio nos Estados Unidos, e seus seguidores perceberam que estavam fazendo antropologia: uma antropologia materialista e, portanto, científica. No entanto, na década de 1970, a arqueologia processual começa a ser atacada na classe científica da América do Norte. Isso começou com a investigação da relação entre a arqueologia e a antropologia, onde questionamentos são levantados para a reflexão coletiva.

No início da década de 1980, o arqueólogo Robert C. Dunnell (1982) descobriu em uma observação não muito otimista da "evolução de 20 anos da arqueologia processual que o progresso era limitado", por conta da carência em considerar questões metafísicas fundamentais. Para ele, a raiz do problema está no fato de a arqueologia procedimental adotar "modelos científicos históricos e normativos, baseados em perspectivas espaciais realistas, nas quais a única explicação viável é a explicação funcionalista". Nesse sentido, a maior contradição é que a arqueologia processual usa um modelo" espacial funcionalista "para resolver problemas relacionados ao tempo, pois seu objetivo principal é explicar as mudanças culturais (SYMANKI ,2014, p. 22).

Para Symanski (2014),

Cabe ser considerado, ainda, que nesse período a ideia de cultura, que tinha dado o tom da afinidade entre a antropologia e a arqueologia, primeiro como uma característica central da espécie humana e, segundo, como o elemento crucial que diferenciava uma sociedade das demais, estava sob ataque por parte de adeptos de diferentes vertentes teóricas. Por um lado, o foco havia se voltado para o comportamento, ou seja, aquilo que é diretamente observável nos grupos humanos, e que poderia ser restringido, estimulado ou condicionado por uma série de fatores psicológicos, econômicos e políticos (FLANNERY, 1982, p. 267 apud SYMANSKI 2014 p. 23).

No entanto, com o vigoroso desenvolvimento dos pontos de vista de orientação marxista na França, e nos Estados Unidos da antropologia histórica ou métodos de economia política durante esse período e a cultura começaram a ser classificadas como uma superestrutura ou campo de superestrutura ideológica, derivada de um modo de produção, que usa a interação entre os meios de produção e as relações de produção como razão de sua existência, tornando-se assim o legitimador da ordem social existente. (ORTNER, 1984, p. 140; WOLF, 1984, p. 398 apud SYMANSKI, 2014, p.24).

O antropólogo Eric Wolff faz crítica o conceito de essencialismo cultural que acreditava que a cultura é um complexo finito e impermeável, que mais tarde foi abordado por teóricos pós-coloniais. Do seu ponto de vista, este conceito primeiro "minimiza ou mesmo apaga os componentes originais da estrutura social formada durante o processo colonial;" em segundo lugar, " não considera o espaço intermediário entre o colonizador e o colonizado, ou seja, o cenário colonial é caracterizado pela mestiça, que é produto da agência dos dois grupos. "(GOSDEN, 2001; GRUZINSKI, 2001, p. 52 apud SYMANSKI, 2014, p.24).

Logo surge uma abordagem orientada, pela tradição hermenêutica, de fundamental importância nesse trabalho em que o antropólogo Clifford Geertz(2012, p.12) sugere que "a antropologia, antes mesmo de ser uma ciência experimental em busca de leis, é uma ciência interpretativa em busca do significado," desta forma ,para que essa visão interpretativa, seja aceita, busca-se outra reformulação no conceito de cultura; deste modo, a cultura não incidiria apenas em tradição, ou no legado de normas repassadas no processo de aprendizagem do modelo de Boas, nem em um processo de adaptação do homem ao ambiente, como apontavam os materialistas culturais; nessa nova perspectiva, a cultura consistia em teias de significados construídas pelos seres humanos.

Para Symanski (2014),

A abordagem de Geertz revela que a cultura incide em estruturas de significados que são compartilhados pelos grupos, e que a cultura é pública. Deste modo, a tática mais sólida para seu estudo seria a descrição densa; assim sendo, a descrição detalhada das ações observadas pelo etnógrafo seguida pela interpretação dos significados dessas ações. A interpretação, assim, se faz sempre dependente do contexto no qual a ação social ocorre (SYMANSKI, 2014, p. 25).

As pesquisas da antropologia simbólica que tem a sua finalidade na interpretação dependente da observação do todo, abrem mão das generalizações do modelo

científico e coloca, como meta da antropologia, a etnografia. Há, desse modo, um retorno ao particularismo e, novamente, uma aproximação da antropologia com a história.

Sobre o conceito de cultura Geertz afirma que:

O conceito de cultura que defendo...é essencialmente semiótico. Acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado (GEERTZ, 2015, p. 4).

O modelo abordado pelo arqueólogo Ian Hodder, apontado por Symanski (2014) é semelhante ao de Geertz, vem com base na tradição hermenêutica, entretanto, está chegando até ele a partir das suposições do Historiador britânico Robin Collingwood (JOHNSEN e OLSEN, 1992, apud SYMANSKI, 2014, p.25). Nesse sentido, Hodder defenderá a reaproximação da arqueologia com a história. Vale ressaltar que parte das discussões de Hodder a esse respeito, embora não mencionado diretamente em seus textos na década de 80, categoricamente apresentam muitas paridades entre o programa de antropologia simbólica de Geertz e a arqueologia contextual de Hodder, tendo em vista que resultam dos conceitos da tradição hermenêutica, demonstradas sobre, subjetividade, interpretação, significado, contexto, buscando, desta forma, a compreensão das motivações que existem por trás da superfície dos eventos estudados. Entretanto, existe algo de diferente entre essas abordagens que vai além do fato de a primeira buscar analisar o contexto atual da ação social através da prática da etnografia, de forma que o etnógrafo e o evento são sincrônicos um com o outro, e a segunda é o contexto passado dessa ação, com base no arcabouço de sentidos da cultura material na mesma envolvida. A diferença está no fato de que a ciência “simbólica de Geertz estática tem o foco voltado para a dimensão sincrônica”. (JOHNSEN e OLSEN, 1992, apud SYMANSKI, 2014, p.27).

Destaca-se que o apelo das teorias da prática na antropologia e na arqueologia incide no fato de esse corpus teórico não aceitar um objetivismo científico. Desta forma, um arquétipo fundamentado nas ciências naturais, no mesmo instante em que não adota o hiper-relativismo pós-moderno, no qual se acredita na inexistência de uma realidade objetiva e, conseqüentemente, de conceitos totalizadores como formação social e cultura. (KNAUF, 1996). Na mesma perspectiva, essas teorias sabotam a dicotomia história e ciência e também, o entendimento positivista que determina que a antropologia busca discutir generalizações e a história particularismos, fazendo a

inserção da dinâmica histórica no núcleo da estrutura, como no fazer da prática antropológica.

Symanski (2014) defende que:

Desta forma destaca-se a trajetória da evolução teórica da arqueologia na passagem do século XX para o XXI, que está marcado de um lado, por uma ampla bagagem de perspectivas interpretativas, fundamentadas em diferentes abas da teoria social que incluem a fenomenologia e a teoria da prática, a semiótica, o neo-marxismo, o pós-estruturalismo, o pós-colonialismo, o perspectivismo, a teoria do ator-rede e as abordagens simétricas. Por outro lado, ainda, as teorias pós-modernas e hiper relativistas, onde os adeptos questionam qualquer objetividade na produção de conhecimento, o qual é tido como formado somente pelas construções culturais do observador, e defendem, assim, a noção de que o passado é incognoscível e somente útil quando relevante para a ação política no presente (SHANKS e TILLEY, 1987; KNAPP, 1996 apud SYMANSKI 2014 p 33).

Desta forma, o método de pesquisa escolhido permitirá uma maior liberdade na análise do objeto por permitir nos movermos em diversos campos do conhecimento, possibilitando assumir várias posições no decorrer do estudo, não necessitando atribuir uma resposta única e universal. Essa temática apresenta-se nos diversos artigos pesquisados em diálogo com Antropologia, a Arqueologia e a História e embora alguns tenham abordagens diferenciadas permite-se que realizemos sínteses comparativas com diversos autores que tratam desse assunto proporcionando valiosa contribuição para um melhor entendimento acerca da formação do município de Barras, pegando como artefato de estudo a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e a cultura local que tem como dois pilares fundamentais: o catolicismo e a fazenda de gado.

2.1 Arqueologia breve histórico

É muito difícil definir o início do interesse por objetos relacionados com o passado. O Antiquarismo foi a primeira abordagem do que depois viria a ser conhecido como arqueologia clássica.

segundo o pesquisador Luís C. Faria (1989):

A sociedade de Antiquários da Europa, no século XVIII, em atividade desde a primeira década, começa a publicar uma revista com o título de Arqueologia e nessa tradição renascentista que a civilização greco-romana é conhecida. De um certo modo, a arte começa a gerar certa distorção nessa história e contaminará toda a prática da arqueologia, pois alimentará o colecionismo com uma sede insaciável de peças belas e raras, e é essa tradição que alimenta o princípio da Arqueologia Clássica. (FARIA ,1989, p. 26).

Com o surgimento dos museus, das comunidades científicas, das universidades e das revistas e o comprometimento dos naturalistas em conexão com a realização de expedições e de pesquisas de exploração, constrói-se um ambiente intelectual inquieto que deixa uma marca profunda no século XIX. Em consequência disso, ampliam-se a Botânica, a Zoologia, e a Geologia assim como a Antropologia, surgem estudos comparando as raças e sobre a evolução do homem. E é nessa tradição do pensamento ocidental que se sugere a Pré-História e que, posteriormente, se desenvolve a Arqueologia Histórica.

A Arqueologia Histórica Brasileira é uma área do saber que busca dar conta da introdução e dos desenvolvimentos que ocorreram no território que se transformou em nação brasileira, e das atividades políticas, econômicas e sociais, realizadas pelos países europeus (os colonizadores), no processo de expansão territorial e ocupação das terras da América do Sul. O conceito adotado se enquadra neste trabalho que buscou pesquisar como se deu a construção do centro histórico de Barras, partindo da igreja e verificando as transformações das primeiras edificações como lugar de memória social, religiosa e política e correlacionar ao processo de colonização do território piauiense

Considerada uma disciplina recente no contexto científico, a arqueologia histórica brasileira, mesmo que em plena atividade desde a década de 1930, com algumas intervenções realizadas em sítios históricos na região Sul, apenas a partir da década 60 a Arqueologia, de um modo geral, e a Arqueologia Histórica, particularmente, conquistaram características científicas mais sistemáticas.

É de relevante papel, para a Arqueologia Histórica a contribuição de Clifford Evans e Betty Meggers, em especial as pesquisas realizadas no Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA), realizadas no período que compreende os anos de 1965 e 1970 e que arquitetou o primeiro cenário da pré-história brasileira. Embora este trabalho não aborde uma temática Pré-histórica e a metodologia usada neste campo contemple o fazer etnográfico da Antropologia, busca-se ressaltar especial atenção na contribuição do casal Evans, por causa dos materiais históricos que foram recuperados, analisados e interpretados segundo a perspectiva adotada por eles. Perspectiva esta que se propagou amplamente no Brasil e é uma referência até os dias de hoje. As estratégias de campo utilizadas nas décadas de 70 e 80, e as metodologias de análise adotadas pelo PRONAPA foram cíclicas na arqueologia

brasileira, era a modo predominante de se fazer pesquisa arqueológica, embora algumas exceções conseguissem algum destaque.

A arqueologia histórica tornou-se um instrumento de análise que busca dar conta de analisar o processo que ocorreu com a chegada dos europeus ao que viria chegar ser a nação brasileira, desenhando a tradição Neo-brasileira. entretanto, na grande maioria dos trabalhos onde se fazia uso do termo, observa-se estar voltado quase que com exclusividade para a descrição de cacos cerâmicos e a caracterização das técnicas de confecção de cerâmica, nota-se grande investimento no estudo da cerâmica colonial e que outros materiais eventualmente existentes nos sítios pouco são mencionados.

É de valiosa importância ressaltar os limites desta classificação que busca apenas esboçar a inclusão da temática da Arqueologia Histórica no centro de um diálogo científico de arqueólogos brasileiros. As primeiras análises distinguem-se por versar e ordenar os temas de modo bastante empírico. Com a evolução da disciplina, eles vão desdobrando-se e se tornando mais complexos a medida que novas pesquisas vão surgindo. Abrindo espaço para novos objetos e assim reúne-se os trabalhos que destacam aspectos da vida cotidiana relacionando com o sítio em estudo, observando poder, espaço, memória, mas as “reflexões sobre teoria e metodologia” juntam os estudos que se assemelham pela reflexão teórica. “Notícias” é uma categoria bastante heterogênea e aglomera apresentações de projetos, notas de intenção de estudo, notícias de sítios e outros. (GASPAR 2003 p .269).

A pesquisa em arqueologia histórica obteve evidências de domínio público que tratam da proteção da história nacional e do patrimônio cultural importantes no nosso trabalho pois trata-se de compreender os caminhos teóricos que escolhemos trilhar nesse estudo proposto. Algumas prefeituras reconhecem a importância do trabalho dos arqueólogos.

A Arqueóloga Maria Dulce Gaspar (2003) afirma que:

A disputa da arqueologia histórica é com a arquitetura, pois a arqueologia histórica ainda não produziu conhecimentos que contrariassem a interpretação existente. Utiliza um ritmo próprio de pesquisa e não está sujeito à pressão de horários de trabalho e levanta objeções ao espaço de trabalho de campo. É interessante notar que o conflito neste momento não reside na história, pois esta disciplina de alguma forma aceitou as contribuições dos arqueólogos. (GASPAR, 2003, p. 274).

Por outro lado," a própria história começou a examinar criticamente o potencial informativo dos documentos escritos, especialmente no que diz respeito ao fato de

que os documentos escritos são representativos por natureza "(MENESES ,1983, apud GASPAR ,2003, p.275). No mesmo movimento, passou a dar importância a outras evidências da cultura material, que por sua vez foram consideradas documentos.

Se os povos pré-históricos têm restrições para aqueles que se voltam para temas históricos, esse comportamento não é mais sustentável. Vários profissionais que integraram o SAB, antes considerados do campo dos estudiosos pré-coloniais, começaram a trabalhar no assunto. Há trabalhos de arqueologia histórica em todas as conferências e cada vez mais intervenções nos grupos de trabalho, mesas redondas, vídeos, cursos. O que reforça a importância desta pesquisa interdisciplinar para as áreas de Arqueologia, Antropologia e História.

Apesar das fortes críticas, a Nova Arqueologia é um dos movimentos mais criativos da arqueologia. Uma verdadeira tempestade de pensamentos. Vale lembrar que a influência da nova arqueologia só atingiu o Brasil por volta da década de 1980. Segundo a Arqueóloga Tania Andrade Lima (1960-1991 p.225), "nos países de língua inglesa, tipologia, estrutura cronológica, infinitas descrições e métodos de indução viram o movimento oposto no Brasil." Uma ecologia cultural muito equivocada está surgindo.

Uma especialidade do pós-processualismo é animar falas alternativas na Arqueologia. Observa-se um aumento do pluralismo interpretativo e a influência mútua de múltiplos pontos de vista para construir conhecimento empírico. Nas últimas duas décadas, a Arqueologia Ocidental passou por um processo decisivo de debates, críticas e revisões de linhas teóricas dominantes, culminando em pluralismo teórico, temático e metodológico nunca visto na história da Arqueologia. Movimento este despertado pelas críticas de Cambridge à Arqueologia Processual e que posteriormente persistiu com o aparecimento de um novo conjunto de perspectivas teóricas. Deste tumultuado período nasce uma Arqueologia mais reflexiva quanto a sua natureza, endossando um quadro muito favorável para o amadurecimento da Arqueologia Histórica valorizando, a análise do uso de múltiplas fontes na cultura material, documento escrito e discurso, cada uma com suas finalidades para construir interpretações, que possibilita abertura para pesquisas como essa que busca compreender a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição em Barras PI como lugar de memória social e coletiva.

Como resultado da globalização e a propagação de informações através de meios eletrônicos, os pesquisadores brasileiros passaram a frequentar de forma regular, os centros mais adiantados de Arqueologia. Vale pensar o que Arqueologia histórica tem de particular e aspecto único que é a sua capacidade de simultaneamente dispor dos registros documental e do arqueológico, ou seja, daquilo que foi escrito e o que foi feito. E, da confrontação dos dois, levantar interpretações que corroborem novas leituras da realidade que se propõe a estudar, ou seja, observar a igreja e a documentação escrita dessa edificação, e interpretar os registros encontrados.

A arqueóloga Tania Andrade Lima (1960-1991) sugere que:

é preciso ressaltar o forte apelo emocional dos trabalhos em sítios históricos junto à sociedade, que se identificam com os materiais europeus e africanos descobertos e resgatados. Brasileiros entendem que ali, estão os seus antepassados e a sua memória. É uma situação diferente da encontrada pelos pesquisadores que estudam o modo de vida dos indígenas ou sambaqueiros, onde existe um distanciamento emocional em relação à ancestralidade indígena que a Arqueologia Pré-Histórica traz à tona. (LIMA, 1960-1991, p. 226).

Os pesquisadores que lançam mão de documentos escritos sobre os temas de estudo podem contar com informações fundamentais para resultar suas análises, como por exemplo, apresentar o objeto de pesquisa em seu contexto espaço-temporal. Deste modo objetivamos identificar fontes historiográficas locais cuja a escrita servirá para esta pesquisa. Assim, ponderando a disposição da comunidade de arqueólogos em deixar o isolamento científico que mantém a disciplina distante em relação às outras ciências sociais, as facilidades comunicativas que decorrem da globalização e o forte apego afetivo da sociedade brasileira aos materiais do período histórico e a rapidez com que se obtém certos dados básicos que possam sustentar reflexões sobre o período colonial, é possível compreender um forte e rápido desenvolvimento da Arqueologia Histórica. O número de trabalhos apresentados na reunião da SAB, em cada evento cresce e mostra o vigor desse campo de estudo.

O arqueólogo Pedro Paulo Funari (2002, p.107), defende que a Arqueologia se distingue como uma “ciência que busca resposta sobre o estudo da materialidade organizada pelas sociedades humanas como um dos aspectos de sua cultura, em sentido amplo, sem se limitar ao caráter cronológico”, deste modo, “é uma das disciplinas científicas que estudam as relações entre cultura material e sociedades estabelecidas ao longo do tempo”. Por tanto se aplica neste trabalho que busca compreender a relação religião e cidade para este agrupamento de pessoas que formam a sociedade barrense.

Por tanto, a Arqueologia que trata de estudar as sociedades no conjunto da presença da escrita e documentação e define-se como “Histórica” Funari (2004, p. 22) e tem como função “alterar as grandes narrativas de poder que são frequentemente representadas nos documentos”. entende-se que, a Arqueologia Histórica estuda a ocorrência da materialidade que os grupos deixaram registrados, como às fontes escritas e orais, destacando que o material escrito é “lido” na pauta em que a Arqueologia está inserida.

O Arqueólogo Michael B. Schiffer (1972) considera que:

Deste modo, materiais arqueológicos com pouco mais de 50 anos, considerados recentes, ou mesmo os mais recuados na história, são considerados objetos das pesquisas. É importante ressaltar que esses objetos saem do contexto sistêmico e entram para o contexto arqueológico, ou seja, são descartados pela sociedade transformando-se em resquício arqueológico, que se entende como todo e qualquer objeto que possa promover inferência sobre comportamentos pretéritos (SCHIFFER, 1972, p. 156).

Pode-se constatar que a Arqueologia Histórica estuda as mudanças sociais recentes e suas consequências na concepção de um registro arqueológico que explique essas alterações, que fundamenta esse trabalho e se aplica a este estudo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, percebíveis do ponto de vista de um materialismo histórico e também sob um olhar que evidencie as mudanças de ideais dos diversos grupos que compõe a sociedade brasileira, e assim, contribui com a elaboração de explicações acerca da paisagem brasileira e que, sobretudo, tratem sobre estas alterações com interferências de diversos agentes que compõem a raiz multicultural.

2.2 Arqueologia Histórica

A arqueologia histórica brasileira abordada nesse tópico, tem o intuito de esclarecer a relação com a pesquisa a que nos propomos, é um campo fascinante de investigação que revela uma série de hábitos, costumes e mentalidades que se estabeleceram no território brasileiro com o início da colonização Europeia. Para traçar a história de sua construção, contou-se com a revisão bibliográfica sobre o assunto compilada pela arqueóloga Tania Andrade Lima no texto intitulado “Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico”. (1960-1991, p.225-262).

Arqueologia Histórica é dentro da arqueologia uma subdisciplina, deste modo, uma ciência com teorias e métodos distintos. (FUNARI, 2002; NAJJAR, 2005; SYMANSKI,

2009, apud GHENO, 2013, p.162). As definições apresentadas servem para apoiar o estudo de caso ao qual lançamos mão e não para oferecermos proposições deslumbradas e acabadas. Se o fizéssemos, seria um grave erro, pelo fato da Arqueologia Histórica se achar ainda em fase de crescimento e amadurecimento, principalmente no Brasil. (FUNARI, 2005, p.1).

O Arqueólogo Pedro Paulo Funari (2005) defende que:

Mesmo compreendendo que a definição exata de Arqueologia Histórica é uma das questões mais discutidas na atualidade, é importante que se busque situar a mesma em seu contexto histórico e social, pois somente assim poderemos entendê-la. (FUNARI, 2005, p.1).

Tratando-se de Arqueologia Histórica, a inclusão em um espaço mais amplo em seus preceitos teóricos e metodológicos é inevitável. Esta relação com a própria arqueologia é indissolúvel, pois “os marcos teóricos da Arqueologia Histórica são, como não poderia deixar de ser, os marcos teóricos da Arqueologia” (LIMA, 2002, p. 117).

Nesse contexto busca-se compreender como se deu o processo de urbanização de Barras pegando como objeto material a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição que se acredita ser uma das marcas identitárias da cidade.

Entende-se por cultura material um conjunto de elementos que representam gestos e ideias, no sentido material e no simbólico, introduzidas nas relações cotidianas. Considera-se deste modo, todos os artefatos, objetos ou utensílios utilizados por grupos humanos no decorrer de sua presença em determinada paisagem (AZEVEDO NETTO; SOUZA, 2010 p. 62).

Também podem ser incluídas neste rol da cultura material, as diferentes estruturas relacionadas aos grupos humanos. Desta forma compreende-se a noção de cultura material “tem uma dimensão mais ampla e diversificada, envolvendo todo o segmento físico socialmente integrado” (REDE, 1996, p. 278).

A cultura material é considerada como o principal objeto de estudo da Arqueologia e é através dela que devemos entender as “arqueologias” no Brasil. Por muito tempo, a Arqueologia foi tida apenas como auxiliar da Antropologia e da História. O Arqueólogo Pedro Paulo Funari (1998, p.3) diz que, “ela é considerada uma disciplina independente, intimamente relacionada com a História e com outras ciências sociais”. Em contrapartida, a Arqueóloga Tania Andrade Lima (2002, p. 11) considera que essa disputa entre o caráter antropológico ou histórico da Arqueologia já não faz mais nenhum sentido nos dias atuais, pois “tanto a antropologia tem uma dimensão histórica quanto a história tem uma dimensão antropológica, e a arqueologia deve transitar na inserção entre elas” (LIMA, 2002, p.11). Deste modo, não se deve

considerar a Arqueologia como auxiliadora de uma outra disciplina e sim como uma área que busca o “diálogo” interdisciplinar. (FUNARI, 1998 p.3).

Todo esse caminho teórico percorrido se faz necessário para a compreensão dessa íntima ligação interdisciplinar que contextualiza o campo de pesquisa, dando direcionamento as respostas que se busca sobre a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição no município de Barras.

2.3 História Oral como fonte na Arqueologia

É de interesse da arqueologia a investigação da materialidade e das ações humanas, sendo a oralidade também um fator importante das relações sociais e simbólicas da própria existência humana. Essa pesquisa tem em sua origem a interdisciplinaridade como método, com a intenção de possibilitar a reflexão e a discussão de temas relacionados ao estudo da cultura material, a pesquisa arqueológica abraça metodologias, muitas vezes, divididas com outras ciências e que em tese se tornam fundamentais para o acesso a informações que não estão publicadas. Nessa passagem buscou-se apresentar o uso das fontes orais em pesquisas arqueológicas na esfera acadêmica, com o objetivo de difundir a prática com foco na interdisciplinaridade do trabalho de campo, apontando as possibilidades e limites que veredam entre a história oral e a Arqueologia.

Sobre o uso de fontes orais na arqueologia, Borba; Almeida, Bandeira (2015) compreenderam que em sua pesquisa:

O uso das fontes orais para o estudo arqueológico e nesta pesquisa torna-se indispensável a partir do momento que a prática possibilita ao profissional o acesso às memórias relacionadas ao patrimônio arqueológico e promove a interação entre pesquisadores e as comunidades situados no entorno dos sítios estudados. A investigação no campo da arqueologia envolve diferentes momentos e esse exercício exige do arqueólogo o domínio de práticas oriundas de outras áreas do conhecimento, como a Cartografia, a Geologia, a Etnologia e a história oral, entre outros. (BORBA; DE ALMEIDA; DA ROCHA BANDEIRA, 2015, p. 2).

Considerando a ausência de tempo ou ainda o fato de não dispor de domínio metodológico, o uso da história oral na maioria das vezes é deixado de lado, utilizando-a apenas como meio para localização de sítios e vestígios, na forma de levantamento de informações, sem levar em consideração que esta ferramenta é uma importante fonte para o estudo, principalmente na Arqueologia Histórica e Urbana como a que se propõe na pesquisa em Barras. Ao introduzir a história oral na Arqueologia como parte importante da pesquisa e uma das fontes de análise, buscou-

se a inclusão da sua amplitude, amparando igualmente na tangente das relações sociais e do acesso às pessoas desta cidade, suas interpretações sobre o patrimônio arqueológico estudado e a sua complexidade.

As pesquisas arqueológicas aderem em suas práticas múltiplas metodologias que possibilitam o exercício de recuperação de vestígios para análise, deixados por grupos no passado em determinados espaços. Cada vez mais vê-se o aprimoramento das técnicas e métodos utilizados pelos arqueólogos.

Nesse sentido, apesar da disciplina arqueológica não fornecer um método único de investigação, deve-se considerar que o objetivo da pesquisa arqueológica na prática é a recuperação, em parte ou na totalidade, de vestígios relacionados a um grupo, que apresava, de modo organizado, sua manifestação cultural e simbólica, não tratando-se apenas de elementos dispostos de modo aleatório e sem conexão.

Conforme as autoras acima mencionadas,

Nesse processo de recuperação de vestígios e sentidos, o profissional entra em contato com três tipos de referências: a fonte oral, a escrita e a evidência material, em ordens diversas, segundo definição do pesquisador. Considerando a essência da pesquisa em arqueologia, a evidência material será a referência mais utilizada e que receberá maior atenção durante o estudo, considerando sua relação direta com o objeto em análise. (BORBA; DE ALMEIDA; DA ROCHA BANDEIRA, 2015, p. 4).

O uso da fonte oral, por sua vez, engloba a revisão de diferentes literaturas e tem fundamental relevância nessa fase ao delimitar o tempo da pesquisa, fornecendo informações indispensáveis para o pesquisador procedentes de estudos atingidos anteriormente. Por vezes, o pesquisador encontra situações limitantes para trabalhar com esse tipo de fonte por não anunciar a habilidade e a familiaridade com os arquivos e o manuseio do ofício do historiador.

A história oral é um instrumento metodológico de auxílio no trabalho do pesquisador na captação de memórias guardadas de lembranças individuais e coletivas. Em se tratando da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição orienta o processo de relembrar o passado através de relatos e das interpretações imbuídas de significados, colaborando para a compreensão de características do patrimônio eleito como objeto deste estudo, da memória social e coletiva deste lugar, tido como lugar de memória.

As referidas autoras ainda ressaltam que,

Na Arqueologia, as possibilidades de utilização da metodologia da história oral são variadas e apresentam uma gama de fatores positivos no contexto da pesquisa arqueológica. O primeiro ponto em questão seria a construção conjunta do conhecimento e a divulgação do patrimônio arqueológico de

forma colaborativa, por meio da troca de saberes entre pesquisadores e comunidades. (BORBA; DE ALMEIDA; DA ROCHA BANDEIRA, 2015, p. 4).

Relacionando a história oral e o seu uso nas pesquisas arqueológicas, a sua metodologia não pode ser vista como um fator de entrave e de limitação do processo investigativo, por exigir em sua prática, procedimentos específicos que, muitas vezes, a pesquisa não dispõe, mas neste caso, além de ter clareza, junto à comunidade em que se trabalha, e da seriedade do que está sendo feito e os objetivos desta pesquisa, buscou-se o acesso às informações locais, buscou-se, ao final das entrevistas, uma reflexão profunda e avaliativa e a transcrição das entrevistas. Durante esse processo, fez-se necessário adaptar a forma como foram realizadas as entrevistas.

Desta forma, o uso das fontes orais para o estudo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição proporciona um olhar arqueológico mais abrangente e transformador, sendo de interesse da Arqueologia o estudo da cultura no passado, a história oral contribui para esse resgate através das memórias coletivas e da memória dos indivíduos envolvidos com essa cultura material no presente.

2.4 Arqueologia Urbana

Neste estudo que apresentamos, a arqueologia urbana tem uma importância por ser uma atividade que assegura a reconstituição da memória no tempo, enquanto um campo de investigação científica, a arqueologia posiciona o homem no espaço e no tempo a partir da recuperação da sua cultura material, estudar e conhecer as cidades compõe um papel fundamental no processo de desenvolvimento da sociedade atual, devido ao constante crescimento dos centros urbanos Tal atividade torna-se indispensável para reflexão sobre o passado e evolução do presente e uma compreensão aprofundada sobre os elementos dinâmicos que podem garantir a continuidade futura em condições harmoniosas.

Hoje é amplamente reconhecido que a arqueologia desempenha um papel importantíssimo no processo de estudo da cidade, uma vez que as pesquisas arqueológicas contribuem para compreender o passado e o presente das cidades, colaborando na configuração de novos cenários urbanos, onde a história se pode constituir como um elemento simultaneamente integrador das populações, regenerador dos espaços e dinamizador da atividade econômica.

A Arqueologia Urbana constitui um dos modelos que mais se desenvolveu, na última década, fruto de vários fatores. De forma breve buscaremos exprimir os

elementos fundamentais, que contribuíram com esse crescimento, a aprovação de legislações que protegem o património arqueológico, partindo do princípio da degradação, as pequenas intervenções privadas passaram a ser responsáveis pela ascensão dos trabalhos de salvaguarda. Estas ações implicam necessariamente que sejam tomadas medidas de salvaguarda por parte das entidades oficiais, o estado, regional e local.

Sobre a importância da arqueologia urbana, as arqueólogas Manuela Martins e Maria do Carmo Franco Ribeiro (2010), ressaltam que:

o estudo e conhecimento das cidades constitui um vector fundamental do processo de desenvolvimento da sociedade actual, devido ao crescimento exponencial dos centros urbanos que torna indispensável uma reflexão sobre o seu passado e evolução presente e uma compreensão aprofundada sobre os elementos dinâmicos que podem assegurar a sua continuidade futura em termos harmoniosos. (MARTINS; RIBEIRO. 2010, p.149).

A arqueologia urbana nesse estudo relacionado à Igreja Nossa Senhora da Conceição é compreendida não só apenas como arqueologia na cidade, mas também como arqueologia da cidade, considerando o seu conhecimento como fato histórico, quer em termos temporais, culturais, espaciais ou materiais. Toda via, o ritmo acelerado do construtivo, a modernização dos centros históricos, bem como o aumento da capacidade de intervenção nas estruturas urbanísticas, sob a perspectiva da especulação imobiliária, acabaria por condicionar a evolução da arqueologia urbana conduzindo a uma mudança substancial da práxis arqueológica, renovando métodos e criando um importante mercado de trabalho, que permitiu a profissionalização dos arqueólogos.

2.5 Arqueologia da Paisagem

O estudo da Arqueologia da Paisagem pressupõe o uso de diferentes categorias em áreas distintas do conhecimento e tem como objetivo a compreensão das relações existentes entre humanos e seus ambientes. Em Barras busca-se observar a mudança da paisagem através de registros fotográficos da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, e outros prédios históricos da cidade. É notado que o ser humano percorre o ambiente em que vive, onde percepções e conceitos são situados por meio dos processos cognitivos e, conseqüentemente, culturais. Assim, a paisagem passa a ser vista como uma construção social, intimamente ligado ao estudo do processo de urbanização de Barras no entorno da Igreja Matriz e as mudanças na paisagem local.

De acordo com Schlereth (1992),

Para reconstituir o processo social de urbanização com foco em aspectos materiais e sociais da produção do espaço, ancoramo-nos no que os historiadores da Cultura Material chamam de Arqueologia da Paisagem (SCHLERETH, 1992, p. 937).

A Arqueologia da paisagem que se faz referência nessa pesquisa se aproxima da desenvolvida por Milton Santos em “Por uma Geografia Nova” (1978), onde faz uma crítica à disciplina como se encontrava na década de 70, atribulada mais com ela mesma ou com questões morfológicas e, em decorrência disso, “viúva do espaço”, seu objeto de estudo. Milton Santos aproximando-se de Historiadores como Marc Bloch e Fernand Braudel, deliberando o conceito de “espaço como instância social”. outro livro lançado em 1996 intitulado de “A natureza do espaço”, descreve o conceito de “espaço como instância social”, diferenciando do de “paisagem” (SANTOS 2008, p. 103).

Sobre isso SANTOS (2008) afirma que:

Paisagem e espaço não são sinônimos. Paisagem é o conjunto de formas que em determinado tempo, demonstram heranças que representam as consecutivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que a anima. (SANTOS, 2008, p. 103).

Para o referido autor,

[...] a palavra paisagem é frequentemente utilizada em vez da expressão configuração territorial. Esta é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. Nos discursos, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. /.../ em muitos idiomas o uso das duas expressões é indiferente.. [...]A paisagem existe através de suas formas, criadas em momentos históricos diferentes, porém coexistindo no momento atual. Tais formas nasceram sob diferentes necessidades, emanaram de sociedades sucessivas. (SANTOS, 2008: 103-104).

Nessas perspectivas olhamos para o nosso trabalho, observando as camadas na paisagem urbana contemporânea, buscando as “pistas materiais”, e os “traços imateriais”, dos vários tempos amontoados na paisagem do centro que é popularmente tido como histórico, a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e o aglomerado de edifícios do seu entorno. Na cidade de Barras PI, prevalecerá o uso de fontes textuais e visuais antigas e atuais em especial as fotografias para observar a metamorfose da paisagem.

Nessa produção ensaiamos o princípio de uma escrita de uma investigação que tem como foco o processo de produção social a partir do catolicismo, das ações individuais e da arquitetura comum. Estudos dessa natureza permitem ainda enxergar o processo de transformação dos espaços urbanos. Esse retrato do tempo no seu

fazer cotidiano foge da historiografia tradicional e circula entre o patrimônio material e o imaterial, e as memórias resguardadas. Com foco nos pormenores, buscamos reconstituir algumas transformações da edificação principal, a Igreja Nossa Senhora da Conceição, questionando as lógicas que entreteciam interesses públicos e privados. Ao investigar o processo de urbanização, lançamos sempre que possível a tentativa de conhecer os usos e usuários dos imóveis no entorno da Igreja ao longo do tempo.

2.6 Uma abordagem de Educação Patrimonial, conhecer para preservar: histórico do SPHAN e IPHAN.

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi criado em 1937 através da motivação vinda por um lado de iniciativas institucionais e por outro de alertas de intelectuais brasileiros, parte deles ligados a Semana de Arte Moderna de 1922 – como o artista plástico Cândido Portinari.

Mário de Andrade, então Ministro da Educação na época, além de ser poeta, romancista e pesquisador, atende a solicitação e redige em 1936 um documento com vistas a “organização de um serviço de fixação de defesa do patrimônio artístico nacional” (SILVA, 2018.p 12).

No anteprojeto que precedia o órgão, sugeria entre outras coisas uma “seção de museus” em escalas federais e nacionais para promover acervos ecléticos, heterogêneos de arte e também reivindicava a criação de museus técnicos para expor conhecimentos das economias brasileiras em uma perspectiva histórica.

Desde a sua criação em 1937 até 1967 sob a diligência de Rodrigo Melo Franco de Andrade o IPHAN teve o que é chamado de “fase heroica” promovendo iniciativas educativas e a criação de museus, no tombamento e coleções de acervos artísticos e documentais de exemplares de arquitetura, religiosa, civil e no incentivo de publicações técnicas e veiculação de divulgações jornalísticas.

O IPHAN desde o início manifesta a importância da realização de ações educativas como estratégia de proteção ao patrimônio. Só a partir da década de 1970 é que essa questão foi abordada de modo mais insistente com a criação do centro nacional de referência cultural, o CNRC, e a partir daí a atualização do discurso da preservação, o CNRC teve como responsabilidade a formulação de um sistema de coleta, processamento e divulgação de informação.

Atualmente o IPHAN é gerido por diversos profissionais relacionados a área da preservação, conservação patrimonial, com o objetivo de dar continuidade aos trabalhos, que contribuem com as atividades referentes aos bens patrimoniais materiais e imateriais do Brasil, esses órgãos contam com trabalhos dessa natureza, tornando-se ferramenta de conhecimento dos bens materiais e imateriais de locais onde não existe atuação direta dos órgãos competentes, assim fazendo-se possível conhecer para preservar.

2.7 Legislação: o respeito ao patrimônio está na lei!

O Decreto-lei nº. 25, de 30 de novembro de 1937, tornou regular a ação de tombamento de bens móveis e imóveis, indicando o SPHAN como o órgão responsável para gerenciar essa política. Este decreto-Lei determina que o tombamento de ofício dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios, por resolução do diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (antigo SPHAN), mas necessitará ser notificado o instituto a quem pertencer a guarda do objeto tombado, a fim de produzir os devidos efeitos legais.

Já no ano de 1998 foi criada a lei Nº 9.636, em 15 de maio, que fala sobre a regularização, administração, alienação e aforamento de bens imóveis de posse da União. A partir dos diálogos gerados em torno da obrigação do registro de bens de Natureza Imaterial, no ano 2000 em 4 de agosto foi criado o Decreto Nº 3.551 que Institui o Registro de Bens Culturais imateriais que moldam o patrimônio cultural brasileiro, além de dar início ao Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e toma outras providências para a preservação e conservação deste patrimônio.

Em 2004 o Decreto Nº5040/04 cria uma unidade administrativa responsável por promover uma série de eventos voltados para discutir as diretrizes teóricas e conceituais e eixos temáticos norteadores ao patrimônio histórico e arqueológico. A Lei Nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009, alinha as instituições voltadas para o desenvolvimento do trabalho com o patrimônio cultural e o território objetivando o desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação efetiva das comunidades.

As evidências da presença humana estudadas com fundamentação teórica e com ferramentas metodológicas próprias da Arqueologia criam bens arqueológicos. Conforme o Artigo nº 216 da Constituição Federal de 1988, são bens da União e, deste

modo, são aplicados instrumentos jurídicos e técnicos que asseguram a sua proteção e preservação.

O patrimônio cultural está sob a guarda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). As jurisdições dessa entidade, no que diz respeito à preservação dessa classe de bens, são muitas e estão descritas no Decreto nº 6.844/09. Algumas estão direcionadas aos bens arqueológicos, pois, de concordata com o Art. 17, Incisos VIII e IX do dispositivo, o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), por mediação do Centro Nacional de Arqueologia (CNA), acompanha e avalia as pesquisas arqueológicas desenvolvidas no país, além de cadastrar e registrar os sítios arqueológicos.

Outras competências que são do mesmo modo fundamentais para a materialização de políticas públicas de preservação de bens arqueológicos. Destacam-se aquelas revisadas pelo Art. 17, no inciso I, que trata da proposição de diretrizes, critérios e normas para a proteção dos bens culturais de natureza material, de forma a garantir sua preservação e usufruto presente e futuro pela sociedade, e no inciso X, que aborda a conjetura de normas e procedimentos de fiscalização, bem como de aplicação de penalidades, de medidas mitigatórias e também de medidas compensatórias por não cumprir as ações necessárias à proteção do patrimônio cultural brasileiro e, por fim, no inciso XII, que propõe normas de uso, de acesso e intervenção, de responsabilidades com proteção e conservação patrimonial.

Os aparatos técnicos para a preservação dos bens da arqueologia e patrimonialidades destinam-se ao Sistema de Gestão do Patrimônio Arqueológico. A identificação de sítios arqueológicos e de coleções e o registro de documentos produzidos são realizados por meio do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos - CNSA, do Inventário Nacional das Coleções Arqueológicas e de um banco de imagens criados para essa finalidade.

No espaço jurídico-legal, existe a Lei nº 3.924/61 que classifica os conceitos e princípios para a proteção dos bens da arqueologia e orienta a prática da pesquisa arqueológica no nosso país. Se esses bens arqueológicos são reconhecidos, atribui-se valores patrimoniais e, ainda, sendo de interesse público a preservação, faz-se o tombamento disposto no Decreto-lei nº 25/37.

Esse documento/decreto não determina o que é o patrimônio arqueológico, nem os materiais que o constituem. Essa definição de bens arqueológicos protegidos

pela União é descrita no Artigo 2º da Lei nº 3.924/61, que trata sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, hoje tratados como pré-coloniais.

Acerca disso ressalta-se que:

Vale destacar que este dispositivo se refere apenas aos bens de origem pré-histórica. Todavia, a partir de uma leitura mais flexível da alínea (a) do artigo supracitado, é possível considerar os “jazigos, aterrados, estearias e quaisquer outas não especificadas aqui, mas de significado idêntico a juízo da autoridade competente” como sítios com bens arqueológicos históricos, “como aqueles itens fabricados e/ou modificados pela ação humana, incluindo louças, garrafas e frascos de vidro, metais e assim por diante”. (GLENO; MACHADO, 2013, p. 166).

A prática arqueológica e a preservação de bens da arqueologia podem contar ainda com a Instrução Normativa IPHAN nº1/15, que procura buscar patamares de proporcionalidade entre o tamanho das pesquisas e dos empreendimentos em processo de licenciamento ambiental e da socialização desses bens encontrados.

Desde 1937, o IPHAN pode contar com parcerias que possibilitam a elaboração e implantação de ações eficazes de preservação de patrimônios, pode-se destacar a cooperação entre o Museu Nacional e o instituto, que inaugurou essa cooperação entre União, comunidade arqueológica e instituições de guarda do patrimônio.

Na Lei Orgânica do Município de Barras, passada por revisão recente pelos Vereadores da cidade, no exercício do mandato, com plenas atribuições constitucionais, mantiveram o texto deste documento na íntegra, procurado preservar o seu texto histórico. No Capítulo IV que trata, Da Educação, da Cultura e do Desporto, no Art. 138, sobre o patrimônio barrense, é dito que:

§ 4º - Ao Município cumpre proteger os documentos as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e sítios arqueológicos.

§ 6º - Será tombada pelo Patrimônio Histórico Geográfico e Cultural, a Ilha dos Amores, a sede da Câmara Municipal (Usina Velha), os Prédios Municipais: Sede da Prefeitura (Casa Rosada), Sede da Secretaria Municipal de Educação (Antigo Patronato), Cadeia Velha e a antiga sede da Prefeitura. I – Os bens tombados ficam sujeitos a permanente inspeção da Prefeitura Municipal que terá acesso a eles, sempre necessário, para realização de exames e vistorias. II – Os bens tombados serão mantidos em conservação a ao abrigo de possíveis danos. III – Os bens tombados em qualquer de seus elementos e componentes, não poderão ser demolidos, salvo no caso de ruína, nem modificados, transformados, pintados ou removidos sem prévia autorização da Prefeitura Municipal e Câmara Municipal. IV – Se o bem estiver sujeito a possíveis danos resultantes de atos de terceiros, a Prefeitura notificará o infrator, para que ele faça devida reposição. (BARRAS, 2012, p. 36).

Pode-se constatar que nada é dito sobre a Igreja, e que as diversas reformas e reparos, não seguem critérios de conservação e restauração patrimonial. Pode-se afirmar que existe um cuidado com a restauração dos prédios descritos no Inciso § 6º

do Art. 138. Mas não há segurança sobre a preservação da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

2.8 Antropologia e o método de investigação participante

O Antropólogo Clifford Geertz (2012) fala sobre a popularidade de novas ideias no meio intelectual e como depois de um tempo ela perde essa força. E esse processo pode ser verificado no surgimento do conceito de Cultura, no entorno do qual surgiu os estudos da antropologia e cujo âmbito essa matéria deseja delimitar. Essa delimitação do conceito é o que garante a sua continuidade e coerência.

Reiteramos que o conceito de cultura que Geertz (2012) defende é o semiótico. O autor acredita assim como Max Weber, que o homem é como um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo foi tecendo, determinando que a cultura seriam essas teias, e sua análise como uma ciência interpretativa que procura significados. Para Barras buscamos interpretar através do objeto material, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, qual o seu significado como lugar de memória para o povo que habita no seu entorno.

O que Antropologia Social faz é a Etnografia, e ao incluir a prática da etnografia é que podemos perceber o que representa a análise antropológica como uma forma de conhecimento. Praticar a etnografia é estabelecer conexões, eleger os informantes, transcrever os textos, levantar as genealogias, mapear os campos e manter um diário.

Geertz (2012) afirma que:

O objeto de trabalho da etnografia se encontra entre a descrição superficial e a descrição densa, e corresponde, segundo o autor, a uma hierarquia estratificada de estruturas significantes em termos das quais ações são produzidas, percebidas e interpretadas, e sem as quais elas não existiriam (GEERTZ, 2012, p. 8).

A interpretação aqui falada é, deste modo, propor entre as estruturas de significação e determinar sua base social e sua relevância. A cultura é pública pois o significado dela o é. Um gesto só carrega significado se quem o pratica souber o significado por trás daquele gesto, e se esse gesto só será interpretado da forma correta se o observador também conhecer esse significado previamente.

É necessário deixar claro que falar que a cultura versa em estruturas de significado socialmente definidos, onde as pessoas fazem certos gestos com significados, não é mais do que definir que esse é um fenômeno psicológico, um atributo da mente, a estrutura cognitiva de alguém. O que impede um observador de

compreender ações com significados, numa sociedade diferente da qual o observador cresceu, é a falta de afinidade com o universo da imaginação dentro do qual os atos são marcos definidos.

Para Geertz (2012), o objetivo da experiência etnográfica não é tentar imitar ou tornar-se nativo:

[...] o objetivo da antropologia é o alargamento do universo do discurso humano. De fato, esse não é seu único objetivo — a instrução, a diversão, o conselho prático, o avanço moral e a descoberta da ordem natural no comportamento humano são outros, e a antropologia não é a única disciplina a persegui-los. No entanto, esse é um objetivo ao qual o conceito de cultura semiótico se adapta especialmente bem. Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível — isto é, descritos com densidade.” (GEERTZ, 2012, p. 10).

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (que o autor prefere chamar de símbolos), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente aos acontecimentos sociais, aos comportamentos, às instituições ou processos; ela é um argumento, algo dentro do qual podem ser descritos de forma aberta, isto é, descritos com densidade. Busca-se aplicar esse conceito como metodologia, ao estudo a cidade de Barras no intuito de observar e descrever de forma densa o objeto de nossa pesquisa, interpretando os significados encontrados no campo.

Geertz mostra que quando tentamos enxergar o familiar em formas não familiares, acaba por obscurecer as particularidades da sociedade observada. Devemos então observar o ponto de vista do “ator” e então diz que o que devemos observar ao avaliar a qualidade de uma etnografia é se o trabalho identifica de forma clara se o gesto é carregado de significado ou não, e deixar em evidência o significado que ela carrega, nesse sentido buscaremos entender se a Igreja tem ou não significado para as pessoas no seu entorno.

Deve atentar-se para o comportamento, pois através desse fluxo do comportamento ou, mais exatamente, da ação social que as formas culturais encontram articulação. Ganha-se acesso empírico ao sistema de símbolos examinando os acontecimentos, e não buscando entidades abstratas em padrões uniformizados.

Uma outra condição, é que a coerência não deve ser o principal teste de legitimidade de uma descrição cultural. Deste modo, existem características de uma descrição etnográfica: ela tem que ser interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social, e essa interpretação complexa, incide em tentar salvar o 'dito' numa tal falação da sua possibilidade de extinguir-se e fixa-lo em formas pesquisáveis.

Geertz (2012) fala que:

Isso não significa que não haja interpretações antropológicas em grande escala, é para dizer, simplesmente que o antropólogo aborda caracteristicamente tais interpretações mais amplas e análises mais abstratas, a partir de um conhecimento muito extensivo de assuntos extremamente pequenos. 'teoria geral de interpretação cultural' Ou se pode de fato, mas parece haver pouca vantagem nisso, pois aqui a tarefa essencial da construção teórica não é codificar regularidades abstratas, mas tornar possíveis descrições minuciosas, não generalizar através dos casos, mas generalizar dentro deles. (GEERTZ, 2012, p.15).

Estudar a cultura e os significados, não podem ser vistos como sintomas ou, um conjunto de sintomas, mas devem ser observados como ações simbólicas e o objetivo não é o tratamento, mas o exame do discurso social. A análise cultural é profundamente incompleta e, o que é pior, quanto mais profunda, ainda menos completa. O posicionamento adotado deve ser a de buscar resistir ao subjetivismo, mantendo a análise das formas simbólicas ligadas aos acontecimentos sociais e ocasiões concretas. A natureza essencial da antropologia interpretativa não é responder às nossas questões mais profundas, mas dispor das respostas que outros deram.

A Descrição Densa como método se caracteriza no meio como um antropólogo descreve os seus estudos. O antropólogo deve descrever seu objeto de estudo em suas mais diferentes particularidades, considerando todos os fatos que circulam a vida social. Entende-se por descrição densa o método de observação criado por GEERTZ (2012, p.15), "que tem o objetivo de proporcionar o entendimento das estruturas significantes inseridas na ação social analisada, que necessita primeiramente ser apreendida para depois ser apresentada".

Para GEERTZ (2012, p.15), "a cultura é a condição de existência dos seres humanos, produto das ações ocorridas em um processo contínuo", de modo que, os sujeitos dão sentido à suas atitudes e que acontece na mediação das relações dos indivíduos entre si, no entendimento de sentidos e significados.

Então, para a Antropologia Interpretativa de Geertz, o que faz o etnógrafo? Para responder a essa pergunta ele diz:

[...] ele escreve. Isso também pode parecer uma descoberta um tanto surpreendente e talvez até implausível para quem está familiarizado com a "literatura" corrente. Entretanto, como a resposta padrão à nossa questão tem sido "ele observa, ele registra, ele analisa" — uma espécie de concepção de *veni, vidi, vinci* do assunto — ela pode ter consequências bem mais profundas do que na aparência, sendo que talvez a menor delas, a de distinguir essas três fases da busca de conhecimento, pode não ser normalmente possível, na verdade, e de fato, como "operações" autônomas elas podem nem sequer existir." (GEERTZ, 2012, p.14).

São características dessa descrição etnográfica: ela é interpretativa; ela interpreta o fluxo do discurso social e é microscópica. A etnografia enquanto um método de pesquisa antropológica tem a função não somente de guiar o pesquisador em campo, mas também atua como um fundamento do papel do antropólogo sem a necessidade dele se tornar um objeto de estudo, um nativo, como fez Malinowski¹.

O antropólogo Oliven (1985) ao tratar da antropologia de grupos urbanos diz que:

A preocupação em compreender e se colocar no lugar do "outro" fez com que os antropólogos cultivassem um estranhamento diante dos fenômenos observados em outras culturas. Esta atitude de estranhamento, não só com o que ocorria a sua volta, mas com eles próprios, permitiu que antropólogos questionassem os fenômenos que de outra forma, talvez passassem despercebidos (OLIVEN 1985 p.13).

Mas o desafio é como adaptar essa "experiência para o estudo de sociedades complexas", e uma das maiores dificuldades encontra-se em interpretar sua própria cultura e questionar suas pressuposições "Através da observação participante que tem a alternativa de avaliar a extensão da ascendência do cotidiano e compreender como a cultura reflete as contradições de uma sociedade complexa." (OLIVEN, 1985, p.14).

Para o referido autor,

As cidades são os centros mais ativos de sociedades complexas. Se constroem no contexto onde se desenvolvem vários fenômenos sociais, é mutável independente do processo social que ocorre o modo de vida que ela dá origem como seu efeito de maior alcance, conferindo assim, valor explicativo ao urbano na análise de vários fenômenos sociais (OLIVEN, 1985, p. 18).

Há certa dificuldade em atribuir o que seria rural ou urbano: concretizando esse processo de urbanização, como a migração campo-cidade, e a antropologia urbana utilizada para analisar a adaptação dos migrantes à vida urbana: área de origem, motivação da migração, esperanças em relação ao meio urbano, oportunidades de

¹Bronisław Kasper Malinowski (Cracóvia, 7 de Abril de 1884 – New Haven, 16 de Maio de 1942) foi um antropólogo polaco. Considerado um dos fundadores da antropologia social.

trabalho, tempo de exposição à vida urbana, mecanismos e instituições que auxiliaram no processo e os motivos dessa migração como as dificuldades da vida rural, ideal de ascensão social e de acessos a bens e serviços por meio do mercado formal de trabalho. “A cidade é encarada como um espaço de liberdade e possibilidades, à medida de que o emprego regular é uma segurança, uma independência inexistente no campo.” (OLIVEN, 1985, p. 29).

A maior parte da literatura sobre urbanização que se tem é sobre a decorrência da vida em cidades, a criação de uma cultura urbana marcada pela desorganização social, cultural e responsabilizada pelo surgimento de comportamentos individualistas e competitivos, e mudança dos laços familiares.

A teoria da modernização augura o surgimento de novos comportamentos e orientações culturais como pré-condição e decorrência do desenvolvimento econômico. Os processos de urbanização e industrialização não destruíram as relações de parentesco em países da América Latina. Em relação ao Brasil a intensificação do capitalismo está causando um declínio no Catolicismo nos centros urbanos.

Para Oliven (2012),

A inserção de populações rurais no meio urbano provavelmente tenderá a causar mudanças religiosas, mas estas transformações não necessariamente significam secularização, nem existe uma relação linear entre este processo e urbanização. (OLIVEN, 1985, p. 57).

Os estudos antropológicos do espaço urbano por observarem o familiar se ocupam com o cotidiano dos grupos sociais e tem produzido resultados que frequentemente repensam as hipóteses de teorias sobre as consequências da urbanização e vida nas cidades.

3 UMA CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA E GEOGRÁFICA DO ESPAÇO PESQUISADO: O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO DO PIAUÍ, O GADO.

Aqui era tudo fazenda de gado, aqui, Barras, Batalha, Nossa Senhora dos Remédios, Boa Hora, tudo era curral, não tinha outro meio de vida não, botava roça, tinha comercio, mas o que começou mesmo foi o gado, meu avô era vaqueiro, meu pai era vaqueiro, isso só dos que eu conheci, mas antes era tudo vaqueiro também, é a herança da gente né. (Antônio da Silva Costa, lavrador, vaqueiro, 48 anos)

Para que haja uma melhor compreensão dessa temática busca-se uma revisão teórica do processo de colonização do Piauí, e os motivos que levaram homens a abandonarem muitas vezes suas origens e se aventurar pelas terras desconhecidas, até então, do sertão piauiense. O certo é que pouco, ou quase nada se sabe a respeito do Piauí, anterior ao século XVII, a não ser que em suas terras habitavam grupos indígenas que não conheciam os hábitos e os costumes dos povoadores, o que mais tarde geraria um conflito de proporções de genocídio desses POVOS, sendo muitas dessas áreas abundantes em águas e vales férteis com boas pastagens e paisagens propícias à criação extensiva de gado, talhada para enfrentar as intempéries climáticas e a vegetação formada muitas vezes pela caatinga inóspita. Sobre a região norte do Piauí, onde vicejam as terras de Barras, caso deste estudo o Historiador e Religioso Monsenhor Chaves (2013), relata:

Para a parte norte confina estas com a costa do mar, correndo do Ceará para o Maranhão, para a qual tem dois caminhos, abertos ambos em o ano de 95, um vai ao Maranhão e o outro à Serra da Guapaba, à qual tem ido moradores, e em companhia de alguns vieram os Padres da Companhia de Jesus, que nela assistem, fazer missão a esta povoação em o mês de dezembro próximo passado de 96, e se recolheram à serra em janeiro de 97... O documento é datado de 2 de março de 1697. (CHAVES, 2013, p. 639).

A atual região do Estado do Piauí foi, durante certo tempo, vista pelo colonizador como “terra de ninguém”, entretanto, sabe-se hoje que era habitada por diversos povos indígenas. Antes da criação da Capitania do Piauí, toda a região situada a oeste do rio São Francisco era chamada por “Sertão de Dentro” ou “Sertão de Rodelas” e pertenceu a capitânicas diferentes em períodos distintos, a princípio, a gerência estava a cargo de Pernambuco, que passaria por desmembramento em 1695, mas que, de fato, não ocorreu; acontecendo somente em 1715 sob a jurisdição da Capitania do Grão-Pará e Maranhão. A jurisdição eclesiástica esteve condicionada da Bahia e em 1718, foi criada a Capitania de São José do Piauí, mas instalada somente em 1758 (COSTA, 1974, p. 54).

Segundo o Historiador Serafim Leite (1945, p. 551),

Domingos Afonso Mafrense, foi o responsável pelas incursões pelo interior do Brasil que lhe renderam a denominação de “Sertão”, Domingos Afonso Mafrense foi o desbravador da região centro-sul do Piauí, onde perseguiu e dominou as povoações indígenas que ali existiam, entre eles, os Gueguê, desde o São Francisco até o Piauí, na entrada que participou com Francisco Dias D’ Ávila, da Casa da Torre, e tendo como objetivo a conquista do território para a fundação das fazendas de gado.(LEITE ,1945, p. 551).

Entre os que adentraram à região pelo sertão da Bahia, destaca-se Domingos Afonso Mafrense que foi quem tornou o processo colonizador mais durável, fez entrada pela cabeceira do rio Piauí em 1674 e a partir de 1676, iniciaram as concessões das primeiras glebas de terras chamadas sesmarias no Piauí, beneficiando diretamente, Domingos Afonso Mafrense, Francisco Dias de Ávila e Bernardo Pereira Gago, Julião Afonso Serra, essas terras foram doadas pelo então governador de Pernambuco, Dom Pedro de Almeida. Eram 10 léguas de terras para cada um, nas margens do Gurguéia (NUNES, 1975, p. 72). “Posteriormente, mafrense recebeu sesmarias nas margens do rio Parnaíba, em Parnaguá (1681), no Gurguéia e Paraim (1684) e, novamente, às margens do Parnaíba (1686). Tendo início a expansão das fazendas de gado na região.” (NUNES, 1975, p. 72).

As fazendas de gado representam o principal responsável pela ocupação do espaço piauiense, sendo que, “em 1697, vinte anos depois dos primeiros sertanistas terem adentrado o interior do Piauí, foi constatada a existência de 129 fazendas de gado e 153 sítios às margens dos rios e lagoas, com uma sociedade, de certa forma, organizada” (CARVALHO apud ENNES, 1938, p.3). Os jesuítas, no mesmo ano da morte de Domingos Afonso Mafrense, tomaram posse das fazendas sendo o primeiro administrador o padre Manuel da Costa.

Ao buscar descrever as origens da paisagem cultural urbana do sertão piauiense, durante a época colonial e a questão patrimonial que envolve esse trabalho, partindo do fato de que a população do Nordeste e do Oeste é guiada pela rota do gado e pela economia denominada de ciclo do couro. Combinando estas condições históricas e patrimoniais com a preservação da memória e as modificações que a sua paisagem cultural sofreu.

Em relatos locais e estudo realizado pelo pesquisador Luiz R. B. Mott pelo Projeto Petronio Portela, intitulado “Piauí Colonial, População, Sociedade e Economia” (ano), fica claro que antes dos vaqueiros e da criação bovina, dezenas de grupos indígenas, povoavam um imenso território que ia das divisas de Pernambuco e da Bahia, porta de entrada dos bandeirantes e colonizadores, ao Delta do Parnaíba, dos vales do

Longá e do Marataoan à serra da Ibiapaba esta última região dominada pelos Anassus e os Alongases.

Embora não sendo o objeto deste trabalho tratar do período pré-colonial do Piauí, bem como as batalhas travadas entre sesmeiros, posseiros e nativos, é importante deixar claro que não eram terras inocupadas. Em um artigo escrito em 2015 pelos arqueólogos Sônia Maria Campelo Magalhães, Ennyo Lurrik Sousa da Silva e Luís Carlos Duarte Cavalcante, divulgou-se os primeiros dados sobre o sítio Tamboril, patrimônio arqueológico remanescente, localizado na zona rural do município de Barras, nas proximidades da margem esquerda do rio Longá. Pôde-se observar um bloco rochoso arenítico, onde o diâmetro é de 25,10m, localizado em meio a uma vegetação de médio porte. A análise levantada deste sítio provoca diversos questionamentos sobre a forma como se deu a ocupação desta região. Carecendo trazer luz para dúvidas relacionadas ao destino desses povos que já ocupavam essas terras. A documentação e o registro do sítio foram efetuados no período da pesquisa, deixando o espaço para novos estudos em aberto. Este estudo, ressaltou que o sítio arqueológico Tamboril tem uma localização importante para o entendimento da ocupação da região norte do estado do Piauí pelo homem pré-colonial que possibilita múltiplas interpretações. A figura 01, mostra arte rupestre, localizada no Sítio Arqueológico Tamboril, na zona rural da cidade de Barras PI.

Figura 1 - Arte Rupestre encontrada no Sítio Tamboril



Fonte: Portal Visão Piauí (2020)

Para mostrar como o vaqueiro chega às terras banhadas pelos rios Marataoan e Longá e passam a ter uma importância incontestável nesse processo formado por uma identidade cultural própria, dentro do desenvolvimento local, primeiramente é necessário entender a própria evolução histórica do Piauí e sua economia colonial fortemente influenciada pela criação extensiva do gado, que veio a se transformar em um enorme rebanho pastoril do Nordeste de então, com influência direta no mundo exportador de carne, couro e outros derivados, fenômeno conhecido como a civilização do couro, principal matéria prima na indústria da roupa e utensílios domésticos.

É deste modo que surge o processo de urbanização do sertão nordestino e as mudanças na sua paisagem cultural. O gado, sem dúvida, foi o agente principal destes fenômenos. Os povoados implantados ao longo dos caminhos do gado, procuravam atender às necessidades que surgiam. Primeiro, fixando-se os pousos, próximos aos rios, para o descanso da manada, e só então, surgia um local para a instalação de uma fazenda de gado e posteriormente, se fosse do interesse dos fazendeiros, da Igreja católica e do governo, tal situação evoluiria a um aglomerado urbano constituído basicamente de nativos catequizados, vaqueiros e artesãos de couro.

Sem sombra de dúvidas, o gado foi o precursor da colonização do sertão do território nordestino. A expansão por meio da criação sempre se deu por adjacência a partir de um ponto central. As áreas pastoris do Nordeste, apresentam um povoamento contínuo, além disso, a pecuária cumpriu um fator social no Brasil Colônia, não só pelo abastecimento de carne, couro e leite, mas também como meio de transporte para agricultores e religiosos.

Muitos desses desbravamentos, promovidos por Bandeirantes, foram patrocinados diretamente pela Casa da Torre, que detinham inúmeras glebas de terra no sertão. Não ocorrendo o povoamento do chão, todo o seu domínio territorial se perderia, o que acabava por justificar o silenciamento de nativos, promovendo uma falsa ideia de inexistência. A posse de parte dessas terras era dada para rendeiros que se tornavam os fazendeiros, criadores de gado, sendo um dos mais conhecidos o Português Domingos Afonso Mafrense, apelidado de Sertão, que chegou ao sudeste do Piauí através do “caminho antigo dando fundação a mais de trinta fazendas de gado” (LEITE, 1945, p. 551), que após sua morte, em 1711, deixou seu legado de herança para os padres da Companhia de Jesus pela ausência de herdeiros. Vale ressaltar que a Casa da Torre estendeu os seus domínios desde a Bahia até onde

hoje se conformam os estados do Piauí e Maranhão, “tornaram-se senhores de um dos maiores latifúndios em nossos sertões, eram mais de 340 léguas de terra nas margens do rio São Francisco e seus afluentes” (ANDRADE, 1973, p.251).

Ainda sobre a questão indígena, sabe-se que o combate aos nativos, pela Casa da Torre que foi iniciado em 1674, culminou com o massacre e expulsão dos mesmos na região do São Francisco, limite sul do território piauiense, provocando um silenciamento. A Carta Régia, 1701 é outro fator que influenciou decisivamente a expansão da pecuária em direção ao Piauí, pois por este instrumento a coroa portuguesa determinou que os criadores retirassem os seus rebanhos, no prazo de um mês, para o interior, observando a distância de dez léguas. Essa vontade da metrópole surge como proteção à expansão da economia açucareira, em Pernambuco, e termina influenciando toda a região e entorno que conforme o Historiador Celso Furtado “teria de acarretar consequências para as demais regiões”. (FURTADO, 1963, p.133).

A descoberta de áreas mais agradáveis possibilitou que alguns fazendeiros com escravos e vaqueiros, instalassem ali seus currais e fazendas, células embrionárias de muitas cidades, em especial Barras que surgiu dentro desse contexto histórico, econômico, cultural e social. A política que orientou, naquele momento, o uso das pastagens pelos rebanhos de gado é a mesma que vem assegurar o controle dessas terras por parte de ricos proprietários, logo transformados em sesmeiros, pelos governos provinciais, sob as ordens da Coroa Portuguesa. Esses domínios territoriais passam então para o poder central de poucos latifundiários que dispunham dos mesmos, não para o aproveitamento social, agrícola ou quaisquer outras atividades produtivas, mas para serem transformados em pastagens utilizadas para alimentação dos imensos rebanhos. Dessa prática surgem os coronéis e o regime político que marca esse sistema na transição entre o Brasil Colonial e o Império, com ressonância na República Velha e em regimes políticos posteriores.

Perante estes fenômenos econômicos, sociais e culturais surge uma urbanização de núcleos do sertão nordestino e sua paisagem cultural. A abertura de caminhos para gado, pelos vaqueiros, posseiros e sesmeiros de terra, o lugar para o descanso dessa boiada e comitiva, que depois de certo tempo de adaptação se transformaram em currais e construção da sede da fazenda, para o controle dos pastos, em seguida é construída uma capela, esses são elementos que fundam uma gênese de criação dessas vilas e cidades sertanejas.

Neste espaço estudado a forma urbana foi guiada por dois elementos que se fundiram durante o processo de colonização, a igreja e o estado. A igreja por meio das ordens eclesiásticas adentrando ao solo urbano e da Província através da pecuária que movimentava o setor econômico local. Como pôde-se observar, a população do Nordeste foi explorada pelos caminhos traçados pelo gado cuidadosamente desenhados pelos vaqueiros com apoio direto de fazendeiros, do governo e da igreja, que querem expandir seus territórios aumentando seus currais e suas posses. Fora este fator de cunho social, cultural, e também econômico, que é a fusão entre a igreja e o estado, estudada por Murillo Marx, “configurou uma paisagem onde o sacro” se posicionou como “linha-mestre” na urbanização destes modorrentos arraiais (MARX,1991, p.144). Assim pode-se observar que religião “modela e confere valores à cidade e ao território urbano”, tornando-se uma linguagem própria. (LEPETIT, 2001, p.12).

Sobre isso o historiador Murilo Marx afirma que:

Ao construir uma edificação matriz em seu patrimônio territorial, o proprietário construía uma pequena igreja próximo à fazenda como proteção de seu terreno. A construção de pequenas igrejas não era suficiente para o progresso das fazendas e das populações primitivas, pelo contrário, devem formalizá-la ou santificar os terrenos sobre os quais constroem suas bases” (MARX ,1991, p.144).

A capela passa a ser visitada por um padre, e comitivas religiosas e isso atrai os moradores de localidades e fazendas da redondeza para receberem os sacramentos e o status de cidadão, bem como para participar das festividades e das atividades religiosas que celebram os santos selecionados para apadrinhar a região. O aumento expressivo da população provoca reformas e exige ampliação da edificação do templo religioso, avança sua expansão recebendo agora a posição de matriz, que envolverá um termo ou freguesia, numa expansão também estatal. O clérigo da matriz passa a servir de resguardo religioso para todas as outras capelas e também para os católicos da região.

A urbanização de algumas cidades do Piauí segue esses critérios abordados. Exemplificaremos a evolução tomada pela Fazenda Buritinho que culminou na atual Barras do Marataoan, objeto do nosso estudo, mas citamos outras como a de Freguesia de Nossa Senhora da Vitória do Brejo da Mocha, atual cidade de Oeiras no Piauí. Observa-se sempre que esse processo também decorre do caminho determinado pelo gado, movimentando o setor econômico, para sua venda e troca nos arredores do núcleo de povoamento.

Percebe-se o grau de desenvolvimento urbano que os espaços públicos iam adquirindo com a mudança da paisagem, na progressão do tempo. Basicamente, o povoado fundou uma grande rua, identificada como a Rua General Taumaturgo de Azevedo, inclusive popularmente conhecida como Rua Grande, que dava acesso a Zona da Mata, de boa largura, onde a base para o seu dimensionamento não consistia apenas nas caminhadas humanas, mas, dos bois que circulavam em dias de feira, como base fundamental do comércio local. Em frente e ao redor da Igreja, as pessoas surgiam em busca de mantimentos fomentando o comércio, e para participar das atividades religiosas.

A figura 02, mostra a suntuosidade da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, uma manifestação do lugar que o aspecto religioso ocupava na vida da população.

Figura 2 - Igreja N. Sra. da Conceição com gado circulando livremente (sem datação)



Fonte: A Grande Barras, (2021)

Esta é a paisagem que se desenha no município de Barra, mesmo com instalações físicas precárias. É evidente sua hegemonia, naquele período, na vida urbana e nas trocas comerciais entre o sertão e litoral ou como bem discorre Milton Santos (2008, p...): “A existência das redes é inseparável da questão do poder. A divisão territorial do trabalho resultante atribui alguns atores um papel privilegiado na organização do espaço”.

Infelizmente, no território sertanejo o patrimônio que ainda resiste ao tempo vem sofrendo severos abandonos e descasos, não só por parte de órgãos públicos que competem resguardá-los, mas também da população que desconhece o próprio

legado, por falta de acesso a informações. Incorporados a estes fatores de cunho político, administrativo e cultural, há outro delicado e complexo: a perda da memória coletiva relacionadas ao patrimônio por parte da população local. Com o avanço do tempo, a identidade arquitetônica e urbanística do período colonial, que compõem a paisagem cultural desta cidade, foi desbaratada por interesses econômicos públicos e privados.

É muito comum, nas cidades do sertão, que foram instaladas entre os séculos XVII e XVIII, uma remodelação parcial ou até uma completa modificação, senão a destruição, de exemplares arquitetônicos únicos que revelavam as relações sociais e a cultura de tempos já corridos. Especialmente onde hoje se concentram as atividades comerciais e os serviços ativos destes lugares, a descaracterização é marcante e ocorre de forma acelerada, restando poucos exemplares para a conservação. É evidente que não se pode impedir o processo evolutivo e cultural da sociedade, todavia, devia-se aliar esta condição às ideias de conservação patrimonial sem danificar a materialidade construídas das relações sociais de tempos passados na arquitetura e no uso do espaço.

Observando a história do povoamento do Piauí, através de documentos tidos como oficiais, escritos pela perspectiva do colonizador, não tem como separar do conceito de urbanização, como um fenômeno social forçado, essa construção da paisagem cultural de cidades sertanejas. Associando às rotas que o gado criou no território colonial nordestino, invisibilizando os nativos, os complexos urbanos iam surgindo ao longo destas estradas e dos rios, assim, oferecem uma configuração espacial que avança à base dos caminhos do gado, com a necessidade dos colonizadores em manter seus rebanhos e posses de terras. Barras, como exemplo, é um caso observado, de antiga povoação de Fazenda, onde crescimento urbano foi dirigido por esses caminhos.

É importante ressaltar, que esse desenvolvimento urbano aconteceu a partir de interesses em comum, entre igreja e o estado. Esta união se cristalizou na paisagem pela localização privilegiada no espaço urbano da capela e, depois, igreja. Esse fenômeno se aplica ao nosso campo de pesquisa, assim como a maioria das cidades piauienses, Barras, como cidade, surgiu a partir de uma fazenda de gado, onde foi construída uma capela em meados do século XVIII que foi atraindo as pessoas pelas atividades religiosas, desta forma buscamos verificar as transformações da sua paisagem e como essas transformações estão registradas na memória popular.

3.1 Caracterização do espaço da pesquisa: município de Barras, localização e mapeamento

A cidade de Barras localiza-se no centro da barra de seis rios e riachos, de onde origina-se o seu topônimo. Segundo o historiador Antônio Fonseca Neto (1996 p.17-19) "no nordeste brasileiro um dos significados da palavra Barra diz ser ela a confluência de rios e riachos. Barras é o seu plural". E é justamente o que explica o sugestivo polinômio BARRAS. A cidade encontra-se situada na bacia hidrográfica do Rio Longá e tem o Rio Marataoan beirando o centro da cidade, além de vários riachos. Boa parte da cidade está à margem esquerda deste rio. O mapa demonstrado na figura 03, refere-se a área delimitada a campo de pesquisa, o centro histórico de Barras, que envolve a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e o aglomerado de edifícios no seu entorno.

Figura 3 - Mapeamento da área pesquisada



Fonte: Yan Dias Ferreira (2022).

Distante 126 km ao norte da capital piauiense Teresina, o município de Barras localiza-se na microrregião do Baixo Parnaíba Piauiense e mesorregião do Norte Piauiense, ocupando uma área de 1.719,798 km².

O espaço delimitado para a pesquisa inicialmente foi a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição e os edifícios que se encontram no seu entorno, com a colaboração do Arqueólogo Yan Dias Ferreira, que realizou mapeamento da região utilizando o Qgis, vetorizando com base em imagens de satélite, evidenciando as áreas pesquisadas, chegou-se a área estudada de 26925,025m², a localização central retirada com o Google Earth é 23M 800282 E 9530106 S.Lat: -4.24658° Lng: -42.29519°, mas o campo deste trabalho se estendeu muito além do previsto, despertando muitas reflexões e análises.

3.2 Povoamento e emancipação política

Em 1836 por meio de decreto provincial o núcleo de povoamento da Fazenda Buritizinho, foi transformado em Distrito de Paz, pertencente a Campo Maior. Três anos depois, criou-se, por lei Provincial de 1839, a Freguesia ou Paróquia de Barras, tendo sido seu território desmembrado de Santo Antônio de Campo Maior e da de Nossa Senhora da Divina Graça da Parnaíba.

Em 24 de setembro de 1841, através da lei nº 127, a atual cidade de Barras foi elevada à categoria de Vila, sendo instalada em 19 de abril de 1842, com o nome de “Vila de Nossa Senhora da Conceição das Barras”. O Historiador Wilson Gonçalves (2006) em sua obra intitulada “Chão de estrelas da História de Barras do Marataoan” destaca:

Faço saber a todos os habitantes que a Assembleia Provincial decretou e sancionei a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica elevada à categoria de vila a povoação das Barras, no termo de Campo Maior, com a denominação de Vila de Nossa Senhora da Conceição tendo por limite o município o mesmo, que está marcado para a Freguesia, e ficará pertencendo à comarca de Parnaíba.

Artigo 2º - A Vila das Barras terá a respectiva Câmara Municipal, a Justiça Territorial, concedida as demais vilas da província, com as mesmas prerrogativas e atribuições.

Artigo 3º - Haverá um escrivão que servirá de Tabelião Público, Judicial e Nota, de Escrivão de Órfãos, Capelas, Resíduos e de Execução Cíveis, e criminais.

Artigo 4º - Ficam revogadas as leis em contrário (Arquivo Público do Piauí - Códigos e Leis da Província- 1841). (GONÇALVES, 2006, p. 33).

Através do decreto nº 01 de 28 de dezembro de 1989, o então governador do Piauí a época, o barrense Gregório Taumaturgo de Azevedo, elevou da categoria de Vila para Cidade com a denominação de “Barras do Marataoan”. Fonseca Neto descreve que:

Em 1870, tornou-se cabeça de comarca e em 1889 ganha status de cidade, juntamente com Campo Maior, União e Piracuruca. Antes destas, o Piauí tinha apenas 4 centros urbanos com esse título: Teresina, Oeiras, Parnaíba e Amarante. Há uma curiosidade histórica que ajuda a explicar a atribuição do título de Cidade as quatro vilas do norte piauiense: o decreto que as declara cidade é o primeiro baixado pelo Governo Provisório, pouco mais de um mês (28/12/1989,) após a proclamação da República e a transformação da Província em Estado do Piauí. O chefe do Governo Provisório era o barrense Taumaturgo de Azevedo.

Durante alguns anos, existiram impasses sobre a data da comemoração do aniversário do município. Durante os dois mandatos do então prefeito Joaquim Lucas (1989-1992 e 2001-2004) as comemorações em alusão a emancipação política do município ocorreram sempre no dia 28 de dezembro, data em que Barras foi elevada à categoria de cidade. No entanto, no ano de 2005, já durante a administração de Francisco das Chagas Rego Damasceno, “Dr. Manin Rego” (2005-2010) as comemorações da emancipação do município voltaram pra o dia 24 de setembro.

3.3 Aspectos culturais, demográficos e econômicos

Quanto aos aspectos demográficos, de acordo com dados do último Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), realizado em 2010, Barras possuía uma população de 44.850 habitantes, sendo que destes 26.126 residiam na Zona Urbana, o que corresponde 49,3% da população enquanto 22.724 residiam na Zona Rural, correspondendo a 50,7%. Dos 44.850 habitantes 22.566 são homens, o que corresponde a 50,3% enquanto 22.284 são mulheres, correspondendo a 49,7% de toda a população barrense.

A cultura e o lazer do município hoje, estão baseados principalmente nas grandes festas populares, como o Festival de Folguedos; Festejos de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município, realizados entre os dias 28/11 a 08/12; o Carnaval, que possui grande potencial turístico, atraindo pessoas de outras regiões que durante o período usufruem das belezas naturais dos rios e riachos que cortam o município, além do Parque Ecológico Municipal Manoel Borges (Cachoeira da Lapa).

A economia gira em torno da agricultura, pecuária, comércio e serviços, sendo o pagamento de benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) e do Funcionalismo Público, parte significativa da fonte de receitas para o município. A

presença do extrativismo vegetal ainda é muito forte no município, principalmente a carnaúba e o coco babaçu. Atualmente Barras pertence ao Território dos Cocais, uma região de desenvolvimento do Piauí que abrange um total de 22 municípios.

Em relação à religião, o último Censo realizado em 2010, mostra que 90% da população do município declararam serem adeptos da Religião Católica Apostólica Romana; Evangélicos 8%; Sem Religião Definida 1,21%%; Testemunhas de Jeová 0,50%; Espiritas 0,14%; Outras Religiões Cristãs 0,12%%; Umbanda 0,02%; Ateus 0,01%.

Em se tratando de Barras, a fazenda Buritzinho estava situada em zona privilegiada coberta por matas de cocais, muitos buritizais, carnaubais, cerrado e uma pequena quantidade de caatinga, características da transição para a Amazônia. Conforme estes relatos o fundador da cidade, coronel Miguel Carvalho de Aguiar, baiano de nascimento, saiu da região das barrancas do São Francisco e se arriscou na travessia do sertão, para instalar a sede do seu domínio territorial no vale do Longá, mas especificamente onde este rio encontra-se com o Marataoan, uma área rica de pastagens e solos férteis. Terras que recebeu essa terra doada pelo pai, o mester de campo da conquista Bernardo de Carvalho e Aguiar que recebeu essa terra depois de empreender guerra contra os indígenas guegues no sul do Piauí.

3.4 Terra dos governadores e dos intelectuais

O município de Barras é conhecido como “Terra dos Governadores”, não só pelo fato de filhos ilustres da terra terem alcançado a chefia do executivo estadual piauiense, mas também por terem governado outros estados do país. Ao todo seis barrenses governaram o Piauí: João de Deus Moreira de Carvalho, que fez parte da junta que governou o estado de 16/11 a 26/12 de 1989; Gregório Taumaturgo de Azevedo (26/12/1989 a 04/06/1890); Coriolano de Carvalho e Silva (11/12/1892 a 04/07/1896); Raimundo Artur de Vasconcelos (01/07/1896 a 01/07/1900); Matias Olímpio de Melo (01/07/1924 a 01/07/1928); Leônidas de Castro Melo (03/05/1935 a 09/11/1945). Barrenses que governaram o estado do Amazonas: Gregório Taumaturgo de Azevedo (1881-1892) e Fileto Pires Ferreira (1896). Destaque também para Sigismundo Antônio Gonçalves que governou o Estado de Pernambuco durante os anos de 1900 a 1904.

Barras também é chamada de “Terra dos Intelectuais” uma vez que forneceu ao Estado renomeados escritores e poetas. Nomes como: David Moreira Caldas;

Celso Pinheiro; José de Arimathéa Tito Filho; Matias Olímpio de Melo; João Pinheiro; Fenelon Castelo Branco; José Pires Lima Rabelo e Wilson Carvalho Gonçalves. Destaque também para Lucílio de Albuquerque, que foi pintor e desenhista. Barras é sede da Academia de Letras Vale do Longá (ALVAL), localizada na Rua General Taumaturgo de Azevedo (Rua Grande), fora da área delimitada como campo de pesquisa deste trabalho, instalada em 1978, sendo uma das primeiras a ser fundada no Piauí, depois da Academia Piauiense de Letras (APL). A figura 04, mostra a situação do edifício da Academia de Letras Vale do Longá no ano de 2019

Figura 4 - Sede da Academia de Letras do Vale do Longá (AVAL)



Fonte: própria, (2020)

O prédio passou por reforma entre o final de 2021 e início de 2022 pela atual gestão em parceria com a atual presidência da AVAL. No início deste trabalho o edifício encontrava-se em uma precária situação de manutenção, passando por uma completa reforma em sua estrutura onde pode-se notar pequenas mudanças no aspecto externo do edifício, não se teve acesso ao interior, dificultando uma observação de possíveis alterações internas. Pode-se constatar que em se tratando de legislação municipal não existe proteção e salvaguarda dessa edificação, nem referência patrimonial a esta entidade.

Apesar de Barras ter sido contemplada com o título de Terra dos Governadores e dos Intelectuais, e ter tão valiosa história construída ao longo desse muitos anos desde a sua fundação, pode-se constatar que registros historiográficos escritos não são fáceis de compilar, pois não houve um devido cuidado em resguardar documentos dessas variadas histórias que compõem o desenvolvimento deste lugar, restando para

muitos fatos apenas as memórias repassadas pela oralidade de uma geração a outra, o que observa-se sofrer perdas pelo caminho. Restam também fotografias, algumas de domínio público barrense e outras sob a guarda de pessoas que não desejam compartilhar o material. Aos poucos os que se atrevem na escrita dessa história cabe um árduo trabalho de montagem de grandes quebra-cabeças que sempre faltam peças.

No decorrer dessa trajetória pudemos contar com a valiosa contribuição de alguns intelectuais que se debruçam na difícil atividade de registrar a história desse lugar, para que não se perca no tempo. O Historiador e escritor Antenor Rego Filho, natural da cidade de Barras, um dos fundadores da Academia de Letras Vale do Longá, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Piauí, que dentre outros livros publicou: Barras, Histórias e Saudades e; Paróquia De Nossa Senhora da Conceição das Barras do Marathaoan. O Professor e escritor Dilson Lages, membro da Academia Piauiense de Letras, Editor do Portal Entretextos onde faz um magnífico trabalho de reconstituição histórica de Barras, reunindo textos escritos por outras pessoas também interessadas nesse registro de memórias como é o caso do Gilberto de Abreu Sodré Carvalho que é historiador, romancista e advogado citados neste trabalho, além de Manoel Monte Filho, imortal da Academia de Letras do Vale do Longá – ALVAL, que registra suas memórias de Barras, em suas redes sociais.

A figura 05, mostra como se encontra a referida edificação da Academia de Letras Vale do Longá no ano de 2022.

Figura 5 - Sede da Academia de Letras do Vale do Longá (AVAL)



Fonte: própria, (2022).

4 ANÁLISE DE DOCUMENTOS SOBRE A PESQUISA ARQUEOLÓGICA: AS PRIMEIRAS FAMÍLIAS

Barras é uma cidade muito rica, cheia de história, casarões, mas falta atenção na questão do Patrimônio, falta os representantes olhar com respeito e preservar, a própria população também.

(Rosa Maria da Conceição dos Santos, 28 anos, Professora da educação básica.)

A capela tornou-se a base para a formação do núcleo de povoamento, a partir da Fazenda Buritizinho. Naquela época já existiam algumas casas de telha e várias de palha. Sempre em torno das atividades religiosas e econômicas ocorreu o início do processo de urbanização. As primeiras famílias que chegaram as terras que hoje constituem a antiga Barras Marataoan, uma vasta extensão de terra, rural, composta por muitas fazendas, foram oriundas de Pernambuco, da Bahia e do Maranhão. Aqui chegaram para fazer morada para além dos Aguiar que não deixa descendência e dos Cunha: “os Carvalhos de Almeida, os Borges Leal, os Pires Ferreiras, os Rebello, os Correia, os Rodrigues de Carvalho, os Barboza Ferreira, os Rodrigues Lages, os Melos, os Castelo Branco, os Carvalho de Almeida, os Gonçalves, os Fortes”, entre outras.

De acordo com Gonçalves (2006),

Coronel Miguel de Carvalho Aguiar, natural da Bahia. Abastado fazendeiro, foi um dos primeiros moradores da Fazenda Buritizinho, hoje o município de Barras. Nasceu em Managgio, Itália, em 1689. Passou a maior parte de sua vida em Portugal, onde exerceu influência na Corte, realçando-se na oposição ao Marquês de Pombal. Entrou na Companhia de Jesus em 1711. Esteve no Brasil entre 1722-1754. No Piauí percorreu os Rio Parnaíba, Longá, Surubim e Marataoan levando a palavra de Cristo. (GONÇALVES, 2006, p. 31).

No desenvolvimento deste trabalho pode-se perceber que a Barras do princípio, não era esse aglomerado de casas no entorno da Igreja, tratava-se de uma Barras essencialmente rural, com fazendas de gado espalhadas numa área que vai muito além do espaço delimitado para o trabalho de campo, com a ajuda do professor Dílson Lages importante pesquisador das memórias de Barras, levantou-se fazendas que possivelmente era o marco dessa Barras que surgia em meados do século XVIII.

A Fazenda Olho D'água dos Pires em Esperantina, pertencia a Rosa Pires Ferreira e Miguel de Carvalho. Fazenda Águas Livres em Batalha. Mucambo de Manoel Rodrigues Lages. Fazenda Paixão, em Nossa Senhora dos Remédios, de Joaquim José do Rego, onde hoje é a casa paroquial. Fazenda Descuido, em Nossa Senhora dos Remédios, de José Antônio Rodrigues que foi o primeiro Presidente do Conselho Colonial de Barras, onde hoje ainda tem um casarão. Fazenda Tapera, no

Riacho Santo Antônio. Fazenda Olho D'água dos Azevedo em Miguel Alves. Fazenda Cágados, de Joaquim José do Rego Filho entre Barras e Miguel Alves. Fazenda Esperança de Manoel Rodrigues Lages entre Barras e Miguel Alves onde ainda se encontra um casarão. Fazenda Cabeceiras que pertencia a Ana de Deus Pires Ferreira e João de Deus. Dentre muitas outras que podem ser compreendidas como núcleo de povoamento do princípio de Barras PI.

No testamento do Coronel Miguel de Carvalho Aguiar, consultado diversas vezes, transcrito no livro “Barras, Histórias e Saudades” de autoria do historiador já citado Antenor Rêgo Filho, o coronel declara, dentre outras coisas, possuir de uma abastada fortuna, onde verificou-se existir a descrição de pessoas escravizadas deixadas também como patrimônio, não se pretende entrar no contexto escravagista, e sim abordar que trata-se de um registro oficial de famílias que residiam também no entorno da fazenda e da Igreja, pessoas responsáveis pelo povoamento e construção social da cidade de Barras, por tanto, esta narrativa busca promover uma inserção dessa gente na construção e na fundação dessa cidade, como sendo parte dos primeiros habitantes deste lugar, assim como os indígenas que infelizmente não encontrou-se documentos oficiais, mas sabe-se da existência pelo legado em arte rupestre encontrado.

De acordo com Rêgo Filho (2008) no testamento do coronel constava:

Mais 19 escravos, a saber Jerônimo, mestiços e sua mulher Rosa Vermelha, Antão, mestiço, José, Nina, Luiz e João Batista, Francisco Cabo Verde, João Vermelho, Antônio, (inelegível), Manoel (inelegível) Antônio e Rita sua mulher, (inelegível) filha Antônia, Maria filha, Antônio D'Angola, Alexandre D'Angola, André, Mina, José, Maria, crioula Francisco, Filho, (inelegível), Filho natural da mestiça Teodora, Bonifácio, Filho mestiço fugido, André mestiço fugido, Antônio mestiço fugido, (várias linhas inelegíveis)...(RÊGO FILHO, 2008,p. 48).

No testamento encontra-se um trecho que deixa a entender um vínculo maior do coronel Miguel de Carvalho Aguiar com dois “mulatinhos” (denominação usada pelo coronel) José e Ana filhos da “crioula” (denominação usada pelo coronel) Maria a quem ele destina recursos financeiros, cuidados e cartas de liberdade quando adultos e a preocupação de que Ana se case e receba os cuidados da própria mãe.

Assim ele se expressa:

Declaro que faltando alguns dos sobreditos mulatinhas José e Ana em tenra idade sem ser emancipado meus testamenteiros darás (inelegível) Aguiar tudo para os dois. Deixo a minha crioula Maria mãe de (inelegível) mulatinha Ana a quantia de 30\$000, com a obrigação de servir a sua filha Ana até se casar, depois do que dando 80\$000 meus testamenteiros lhe passem a sua carta de liberdade... (RÊGO FILHO, 2008, p, 48).

E notada a necessidade de aprofundamento numa pesquisa investigativa pela visão do colonizado, tendo em vista que as leituras e escritas oficiais que estão disponíveis são na sua grande maioria narrativas do colonizador, que não buscou promover a inserção de mulheres, negros e indígenas na historiografia de Barras. Os registros oficiais resguardam memórias com sobrenomes distintos, provocando a repetição histórica sempre de uma mesma narrativa.

Com a dificuldade de acesso a registros oficiais que tragam luz a uma genealogia de fundadores da cidade de Barras, chegou-se, mais uma vez com a valiosa contribuição do professor Dílson Lages a um nome importante nessa reconstrução genealógica, José Carvalho de Almeida a quem vamos abordar em seguida, fruto de uma pesquisa de décadas de vários estudiosos interessados nessa conservação de memória local. Chegamos também, ao trabalho do pesquisador Edgardo Pires Ferreira que cursou sociologia no Instituto de Estudos Políticos e Sociais da PUC do Rio de Janeiro. Estudou ciências sociais no Institut International de Recherche et de Formation, Éducation et Développement, e museologia no Museu do Louvre, ambos em Paris. Fez estudos de arqueologia no Instituto de Pré-História de Jerusalém, em Israel, e de zooarqueologia na Universidade de Michigan, nos Estados Unidos. Foi membro das missões arqueológicas da Universidade de Michigan no México, no Peru e no Equador. Construiu um site “A Mística do Parentesco” para compartilhar o trabalho de décadas escrito em 7 livros como uma forma de refletir a riqueza de informações genealógicas, e histórias de famílias e cidades distintas.

Sobre José Carvalho de Almeida e a formação histórica da cidade de Barras, com sua genealogia exposta no Site A Mística do Parentesco, bem como textos já escritos e disponibilizados no Portal Entretextos, em especial um, escrito pelo advogado Gilberto de Abreu Sodré Carvalho, expõe que:

José Carvalho de Almeida nasceu, em 1770, no então vastíssimo município do Campo Maior do Surubim, chão que seria tempos depois do município de Barras do Marataoã. Barras era um povoado. José morreu em 16 de julho de 1869, com noventa e nove anos.

O pai de José chamava-se Antônio Carvalho de Almeida; sua mãe, Ana Maria da Conceição Rodrigues de Carvalho. Teve um irmão inteiro, Francisco Carvalho de Almeida. Antônio, pai de José, era filho de Antônio Carvalho de Almeida, o velho, e de Maria Eugênia de Mesquita Castelo Branco. Antônio, esse último, foi dos grandes proprietários e homens de poder, no final do século XVII e início do XVIII, na região que passaria a ser a capitania do Piauí, em especial na bacia do rio Longá. (CARVALHO, 2015, p.1).

Sobre o vínculo com o Coronel Bernardo de Carvalho Aguiar, Gilberto de Abreu Sodré Carvalho aponta que:

A importância dos Carvalho de Almeida, no começo do século XVIII, foi maior que a de qualquer outro grupo familiar. Ocorreu de, à direita do rio Parnaíba, cinco irmãos ambiciosos, sobrinhos do famoso Bernardo Carvalho de Aguiar, se terem ajudado intensamente, sob a orientação, suponho, do referido tio Bernardo.

Eles foram, como militares: Manuel Carvalho de Almeida, lugar-tenente de Bernardo, capitão da Conquista da terra dos indígenas e grande proprietário; e Antônio Carvalho de Almeida, o velho, avô de José, acima já referido, capitão-mor e também senhor de terras e currais em abundância. A esses dois irmãos militares do rei, somavam-se três sacerdotes católicos, todos, em simultâneo, vigários, ou seja, condutores espirituais e temporais de vastas circunscrições de terras e de gente. Eram eles: o festejado padre Miguel de Carvalho, cronista primeiro do Piauí; o padre Tomé de Carvalho e Silva e o padre Inocêncio Carvalho de Almeida.

Os cinco eram filhos de Belchior Gomes da Cunha e de Isabel Rodrigues. O apelido Carvalho parece lhes ter vindo do tio Bernardo, ao menos é o que me faz sentido, até onde pude pesquisar e fazer hipótese. (CARVALHO, 2015, p.1).

Sobre a ocupação de Barras Gilberto de Abreu Sodré Carvalho afirma:

Cabe cuidar da formação histórica do município de Barras do Maratão. Importa fazê-lo para mostrar como José Carvalho de Almeida tem a ver com o assunto.

Em meados do século XVIII, o coronel Miguel Carvalho de Aguiar, filho de famoso Bernardo, e assim parente do nosso José, começou a construir uma capela em louvor de Nossa Senhora da Conceição, nas terras da sua fazenda Buritizinho, em meio à povoação nascente chamada “das Barras”.

Em 1759, sendo então terminada a capela em louvor de Nossa Senhora da Conceição, a fazenda Buritizinho passa a ser propriedade de Manuel da Cunha Carvalho, que se casara com sua prima residente no Piauí, de nome Isabel da Cunha e Silva Castelo Branco, filha de Manuel Carvalho de Almeida, referido acima, e de Clara da Cunha e Silva Castelo Branco. É provável que Manuel da Cunha Carvalho tenha sido titular da fazenda Buritizinho por conta de sua mulher e prima Isabel, a ter recebido de seu pai Manuel Carvalho de Almeida. É o que faz sentido, em vista de a região ter sido, de primeiro, ocupada por Manuel Carvalho de Almeida.

Quando da morte de Manuel da Cunha Carvalho e de sua esposa Isabel da Cunha e Silva Castelo Branco, no mesmo ano de 1776, sem filhos, a fazenda Buritizinho e mais terras passaram ao sobrinho de Manuel, de nome Manuel José da Cunha. (CARVALHO, 2015, p.1).

Afirma ainda que:

Não está claro, mas é de se entender, que a fazenda Buritizinho, que circundava a povoação de Barras, foi passada a Teresa Rosa, irmã inteira de Inácia, ficando seu marido Francisco como procurador e administrador enquanto Manuel José vivesse. Outra sucessora de Manuel José e Inácia foi, assumo, a Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, a qual foi a mantenedora da igreja, sob a orientação de Francisco Borges Leal Castelo Branco.

Fato é que, Francisco Borges Leal Castelo Branco e Teresa Rosa do Lago Castelo Branco têm uma filha, a quem chamam Francisca, que vai assumir, em documentos, o nome inteiro Francisca Castelo Branco. Ela se casa com o nosso José Carvalho de Almeida.

Como era de se esperar, José Carvalho de Almeida, por efeito de ser casado com Francisca se torna dono da fazenda Buritizinho e responsável, auto assumido, pela vila e pela igreja de Nossa Senhora da Conceição, pelo fato

de suas terras as circundarem. Pelo que se sabe, apegar-se à igreja, como devoto. Isso tudo ocorre por volta de 1819. (CARVALHO, 2015, p.1).

4.1 Aspectos urbanos

A cidade de Barras PI, como a maioria irrefutável das vilas do período de colonização semeadas em todo território piauiense, nasce de um processo emblemático, erguendo-se no entorno de uma fazenda com curral, aguada e terras capazes de suportar os inúmeros rebanhos, propiciando a engorda e a facilidade de transporte da carne, couro e outros derivados para os principais centros consumidores. Para justificar a relação, da religiosidade com o surgimento de Barras, é importante salientar a descoberta da imagem de Nossa Senhora da Conceição, dentro de uma moita de tucunzeiro, quando um vaqueiro campeava uma vaca perdida, cenário ideal para a construção do mito e o levante da capela que, mais tarde, irá motivar os festejos da padroeira, que também será elevada à condição de herdeira direta de todas as terras no entorno da casa grande, num raio de uma légua.

A história se mistura com a lenda no momento em que um vaqueiro anônimo encontra a imagem entalhada de Nossa Senhora da Conceição nos arredores da Fazenda Buritizinho e a oferece a seu senhor, um rico fazendeiro, possuidor daquelas terras, Baiano Miguel de Carvalho Aguiar, católico por devoção fervorosa decide que está santa se tornará a padroeira daquele lugar e manda construir em homenagem à santa, uma capela, dentro da fazenda no local onde a imagem foi encontrada. Deste modo se dá a importante contribuição na construção da base religiosa da sociedade barrense. A imagem encontrada, e a capela construída, vão orientar o desenvolvimento urbano de Barras, inclusive as feitorias rurais. Mais tarde, após o falecimento do coronel Miguel Aguiar, as terras e quase tudo que há em cima destas no tocante aos animais, passam para o domínio da Santa. Antenor Rego Filho (2007) nos revela que:

Borges Leal assumiu a administração do patrimônio da Santa, em virtude do falecimento de Manoel da Cunha Carvalho. A pintura das portas foi contratada por Borges Leal por cinquenta mil réis. Estava, pois, concluída, em 1806, a capela, iniciando-se, assim, o povoamento. A fazenda Buritizinho dava lugar à "POVOAÇÃO DAS BARRAS" (RÊGO FILHO, 2007 p. 35).

Neste caminho, beirando o mítico, e povoando o imaginário popular, a localização da cidade e o seu crescimento a partir da fundação da capela, se deram de certo modo, pela influência religiosa, pois a evolução de todo esse processo de

urbanização e de todas as coisas que se sucederam à fundação, aconteceram por empenho das atividades religiosas.

Aos poucos, a povoação ganha características de Vila. Antenor Rego Filho em sua obra *Barras Histórias e Saudades* (ano) aborda um ofício do Presidente da Província do Piauí, de setembro de 1826, onde requer ao Governo Imperial que se fundasse uma Freguesia no local, como também o povoado ali existente fosse elevado à categoria de Vila:

A povoação das Barras é formoseada pela natureza com um rio abundante de peixes, que vai lançar suas águas no caudaloso Parnahíba, com grandes matas que compreendem várias feitorias de algodão, mandioca, e outras gêneros, suas madeiras em maior parte são cedros e outros paus de construção além de belos edifícios e boa igreja que fazem digna de melhor sorte. Esta povoação, dista de Campo Maior 16 léguas, porém o seu distrito por essa parte excede a 30, que dificultam aos fazendeiros procurarem os recursos necessários onde existem as autoridades. (RÊGO FILHO, 2007, p. 36).

4.2 A Igreja e suas transformações ao longo do tempo

Do que se pode observar sobre este edifício, marco simbólico do início da cidade de Barras, lugar de memória coletiva é que nada foi preservado de sua origem, a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição que possivelmente teve seu início em 1749, hoje com 273 anos de sua fundação, só pode ser analisada através de fotografias, relatos e registros escritos locais. As técnicas construtivas adotadas no seu início não se sabe, nem uma legislação resguarda essa edificação, muitas de suas imagens e obras de arte mais ricas se perderam ao longo dos anos, nada é como era antes, teto, piso, paredes. A própria edificação foi demolida e reconstruída, descaracterizando toda a sua estrutura.

De acordo com Rêgo Filho (2018),

No ano de 1910 Barras ainda era iluminada em suas poucas ruas por lampiões a luz de azeite de mamona além de uma vez por mês pela luz da lua e as casas por lamparinas. A igreja de Nossa Senhora da Conceição a única da cidade também não fugiu à regra, tinha sua iluminação feita a vela de cera de carnaúba e lampiões abastecidas por azeite de mamona, babaçu, tucum e porque a modernidade trouxe a iluminação a carboreto, processo melhor do que os anteriores. Em 1910 Monsenhor Bóson Vigário a época instalou esse novo método de iluminação no recinto da igreja. Foi uma novidade de melhoria sensível. Luiz Fernandes Pereira Filho mestre Luizinho Maestro da famosa banda de música Lira Barrense figura de destaque na comunidade foi o encarregado de proceder a instalação da nova iluminação inaugurada no dia 8 de dezembro de 1910 somente em 1926 chega a cidade A luz elétrica trazida pelo dinâmico Prefeito José Osório Pires de mota Zeca Mota. (RÊGO FILHO, 2018, p. 75).

Restando apenas o edifício moderno, sob a guarda atenta dos fiéis e dirigentes, que buscam pequenos reparos e adaptações a modernização, sem a cautela de manter preservado os traços históricos. O texto a seguir é um compilado de memórias que foi escrito pelo já falecido Sr. Francisco de Assis Carvalho, e publicado pela família para resguardo de suas lembranças, que possuía um sítio ao qual batizou de Buritizinho, em homenagem a antiga fazenda que deu origem a cidade de Barras, lugar este que era popularmente confundido com a história do surgimento da cidade.

Para Carvalho (2013),

Em 1947 a igreja matriz de barras foram objeto de uma limpeza geral, além do reboco externo totalmente refeito, as calçadas e o patamar tiveram o piso de ladrilho de alvenaria substituído por mosaico e renovadas as pinturas do altar-mor e do sacrário, as despesas foram custeadas graças ao donativo de 50 contos feito pelo Coronel Lulu fortes, que naquele ano tiveram bons resultados com a venda de seus estoques de cera de carnaúba. Padre Uchôa recrutaram de Teresina dois conceituados artistas o mestre Murilo pedreiro e o pintor Ercinio, parece que naqueles tempos o povo tinha mais fé, certo que poucos entendiam os anos litúrgicos celebrados em latim rebuscado, mas deleitavam-se com os sermões do velho Vigário que também sabia associar a mensagem do Evangelho com os acontecimentos locais de vésperas, a demais os hinos religiosos eram maravilhosamente cantadas pelo coral composto de jovens da cidade barrenses como Nelsito Correia, Brás Neves, Odival Pires e tantos outros faziam o possível de voltar à terra de vez em quando para assistirem a uma dessas missas que consideravam até mais bonitas do que as de Teresina. (CARVALHO, 2013, p. 81).

Na figura 06 se pode visualizar a igreja matriz que foi demolida em 1963, no intuito de acompanhar o desenvolvimento urbano, sua estrutura pequena já não comportava a demanda da população.

Figura 6 - Igreja Matriz de Barras, 1957. Demolida em 1963



Fonte: Biblioteca IBGE, (2017).

Rêgo Filho (2008) fala sobre as reformas que ocorreram na igreja e assim se expressa:

Dentre as várias reformas que sofreram a igreja de Nossa Senhora da Conceição das Barras uma foi a construção da imagem do Cristo de braços

abertos entre as duas torres., Infelizmente não encontramos registros de quando foi realizada essa modificação. No dia 22 de fevereiro de 1964 teve início a demolição do velho e saudoso templo, lamentavelmente para a tristeza de todos começou com a derrubada da imagem do Cristo que foi puxada desprendendo-se do cabo e espatifando-se ao chão, transformando-se em inúmeros pedaços. Neste dia fatídico pelas 4 horas da tarde um vendaval inesperado abateu-se sobre a cidade na periferia da cidade de várias casas tiveram seus telhados arrancados e inúmeras árvores caíram. Neste momento formou-se uma corrente de inúmeros fiéis que condenavam aquele gesto de derrubada da imagem como algo profano. (RÊGO FILHO, 2018, p. 81).

A figura 07 mostra atual Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição de Barras PI.

Figura 7 - Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição

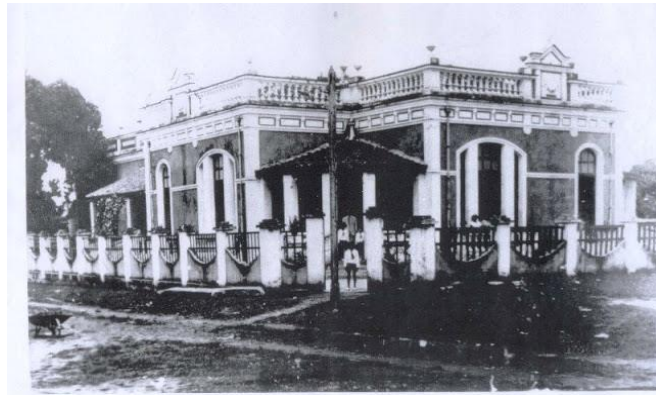


Fonte: Própria, (2022)

4.3 Edificações próximas resguardadas pela legislação municipal

Encontrou-se como registro de Patrimônio Histórico Geográfico e Cultural, da cidade de Barras, dentro da área delimitada para pesquisa, e próxima dela, resguardados pela legislação municipal: os Prédios Municipais: Sede da Prefeitura (Casa Rosada), Sede da Secretaria Municipal de Educação (Antigo Patronato), a antiga sede da Prefeitura, a sede da Câmara Municipal (Usina Velha), e a Ilha dos Amores, todas essas edificações encontram-se na “Rua Grande” a Rua general Taumaturgo de Azevedo.

Na figura 08, se visualiza a casa Rosada, atual Sede da Prefeitura de Barras
Figura 8 - Casa Rosada (sem datação)



Fonte: Portal Visão Piauí, (2021).

O Palácio Casa Rosada, localizado na Rua General Taumaturgo de Azevedo, ao lado esquerdo do fundo da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, prédio identificado na área que delimitamos para o campo de pesquisa, erguido em 1924 e faz parte da História da cidade de Barras, uma edificação importante para o patrimônio histórico municipal. O prédio foi construído para acolher uma família tradicional da cidade, os Gonçalves. comprada, anos depois, pelo poder público para ser a sede do executivo. Em um claro estilo neoclássico, com detalhes modernistas e esculturas.

Segundo a professora e arquiteta atuante na Secretaria de Estado da Cultura (Secult), Patrícia Mendes, com quem pôde-se ter o primeiro contato de entendimento da questão patrimonial, em oficina realizada no ano de 2016 em Barras, afirma que o prédio é de uma arquitetura eclética e tem estilo neoclássico. "A casa rosada é uma belíssima edificação e representa a passagem e o apogeu do poder dos coronéis que vai do fim do século XIX e o início do século XX. Essa edificação tem muita importância histórica não só para Barras, mas para todo o Estado, por ser uma casa que pertenceu a coronéis, provavelmente aconteceram nela muitas reuniões, circulação de pessoas da região. Esses casarões ajudam a conservar a história e a memória local".

Na figura 09, pode-se observar a imagem atual da casa rosada, onde funciona a sede atual da prefeitura municipal e busca-se ano após ano manter sua edificação preservada, inclusive a cor rosada é mantida, como uma característica já consolidada.

Figura 9 - Casa Rosada estado atual



Fonte: Própria, (2022)

O prédio que foi residência do Coronel Antônio Fortes Castelo Branco, foi doada no ano de 1955 às Irmãs Mercedárias Missionárias do Brasil para a instalação do Patronato Monsenhor Boson. Na figura 10, se pode observar o prédio em que foi o patronato e atualmente abriga a sede da Secretaria de Educação do município de Barras.

Figura 10 - Antigo Patronato (sem datação)



Fonte: Portal Visão Piauí, (2021).

Para promover a instalação do Patronato Monsenhor Boson, as Irmãs Mercedárias Missionárias do Brasil puderam contar com a colaboração do então prefeito na época, Manoel José de Almeida, (popularmente conhecido como Nezinho Almeida), também contaram com a colaboração do Monsenhor Lindolfo Rodrigues de Sousa Uchôa, conhecido como Padre Uchôa, que foi vigário da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição em Barras entre os anos de 1925 a 1957 e que prestou grandes serviços à educação piauiense.

Dedicado ao ensino primário, o Patronato Monsenhor Boson foi instalado no fundo da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, na rua General Taumaturgo de Azevedo, local onde hoje funciona a Secretaria Municipal de Educação, encontra-se dentro da área delimitada como campo desta pesquisa, um casarão que pertenceu à família Fortes Castelo Branco, sendo por durante muitos anos a residência do Coronel Antônio Fortes Castelo Branco (Tote Fortes como era popularmente conhecido). Na figura 11, se observa os detalhes da construção que atualmente abriga a Secretaria Municipal de Educação:

Figura 11 - SEC. Municipal de Educação



Fonte: Própria, (2022)

Na figura 12, observa-se a Usina Velha como é conhecida na cidade, onde atualmente encontra-se a sede da Câmara Municipal;

Figura 12 - Usina Termoelétrica
(sem datação)



Fonte: Portal Visão Piauí (2021)

Em 1930, foi instalada a famosa usina termoelétrica, conhecida como usina velha. O Prefeito da época era Osório Pires da Mota (Zeca Mota como era popularmente conhecido). Essa usina funcionou no prédio onde hoje é a Câmara de Vereadores da cidade de Barras, localizado na Rua General Taumaturgo de Azevedo, fora da área delimitada para o campo desta pesquisa. Os vestígios da velha usina, que outrora simbolizou um marco de progresso urbanístico, encontram-se, hoje em completo abandono, no espaço em frente ao Conjunto Petrônio Portela.

Sobre a velha usina Rêgo Filho destaca o seguinte:

A máquina era de fabricação alemã e veio da Europa direto para o porto de amarração de onde seguiu para Parnaíba. Da cidade de Parnaíba foi levado até a cidade de Porto distante de Barras 72 km em vapor pelo Rio Parnaíba único meio de transporte existentes naqueles tempos entre as duas cidades. Os 72 km a serem percorridos via terrestre entre Porto e Barras constituíram-se em verdadeira façanha, a máquina era muito pesada cerca de 5.000 kg montando sobre 4 grandes rodas de ferro e teria que ser tracionada por uma junta de 10 bois. O percurso era muito acidentado cheio de obstáculos e uma grande ladeira teria que ser transposta no povoado peixe. (RÊGO FILHO, 2007, p. 107).

Na figura 13, observa-se a atual sede da Câmara Municipal de Barras, antiga usina termoelétrica.

Figura 13 - Câmara Municipal De Barras PI



Fonte: Própria, (2022)

Pertencendo ao João Antônio Rodrigues Filho, no sobrado funcionou a antiga Prefeitura e também uma Amplificadora a Voz do Campanário, mantida pela Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição. Monte Filho conta que quando houve a celebração do bicentenário da Igreja o Monsenhor Lindolfo Uchoa, que era pároco da cidade, recebeu em Barras o Monsenhor Mateus Cortez Rufino, que era da cidade de Campo Maior para ser o principal pregador da festividade, que trouxe duas bocas de amplificadoras e instalou uma na Igreja e outra na Rua da Tripa (David Caldas), fato esse que o uso desse recurso tecnológico fez um enorme sucesso agradando a toda a cidade. O fato motivou a instalação da Amplificadora de Barras. Posteriormente, ocorreu por divergências políticas entre o Monsenhor e o então prefeito da época Chico Luís, que por decreto municipal, proibiu a instalação de amplificadoras em prédios públicos.

A figura 14, se visualiza a antiga sede da Prefeitura de Barras, local onde hoje funciona algumas secretarias municipais, como meio ambiente, cultura, esporte e juventude, também funciona o setor de tributos. Edifício imponente localizado na Rua General Taumaturgo de Azevedo, ao fundo direito da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, dentro da área delimitada como campo de pesquisa.

Figura 14 – Antiga Sede da Prefeitura



Fonte: Própria, (2022).

4.4 As festividades religiosas

Merece atenção especial, neste trabalho, o modo como a figura do vaqueiro influenciou e continua influenciando a religiosidade do povo barrense. O mito da imagem da padroeira encontrada entre espinhos em uma moita de tucunzeiro atravessa já quase dois séculos e continua a desafiar a própria história que o envolve. Ano após ano, as pessoas são embrulhadas por esse clima de fé, auxiliadas pela lenda na qual o vaqueiro aparece para o povo com a imagem da Imaculada Nossa Senhora da Conceição, a quem é dada o domínio material, espiritual e temporal sobre todas as coisas desta região. O trecho do testamento do coronel Miguel de Carvalho Aguiar, escrito ainda em vida, transcrito nas páginas da obra Antenor Rego Filho é o relato que vem a confirmar essa parte da história de Barras.

Todas estas terras e coisas que nela existiam são deixadas em patrimônio à Santa em testemunho da grande devoção do coronel pela padroeira, consagrada a partir da construção da igreja onde foi guardado o relicário sagrado. A manifestação religiosa dos festejos no formato cultural que ainda hoje, em parte, é preservado não seria possível sem a ilustre presença do vaqueiro que é um dos personagens centrais dessa festa. Dentre os eventos da programação anual dos festejos alusivos à Padroeira de Barras, Nossa Senhora da Conceição, período que vai do dia 28 de novembro à 8 de dezembro, a missa dos vaqueiros, celebrada na manhã do dia 6, é um dos pontos de maior encontro de fé, da tradição católica enraizadas no local e adotadas por essa gente.

Essa celebração da missa do vaqueiro tem origem dúbia, mas é pensamento recorrente, diante da falta de documentos, que a mesma nasceu da necessidade de se homenagear a capacidade desse trabalhador responsável pela ascensão econômica local na lida com a boiada e os fazeres na fazenda. Antes mesmo de o sol raiar, populares no geral, homens, mulheres, crianças e adolescentes, aos poucos invadem as praças e ruas da cidade, alguns vestem gibões, botas, coletes e chapéus de couro customizados. Dentre os fiéis é possível distinguir aqueles que trabalham duro sob o sol escaldante do sertão. A procissão tem início e o andor é seguido por uma multidão que entoia hinos em louvor a padroeira, enquanto os vaqueiros acompanham majestosos e solenes em suas montarias, trotando no asfalto ou no paralelepípedo gasto, até o largo da Igreja, onde acontece o ato litúrgico dentro da Matriz.

Sobre os Festejos da Padroeira Antenor Rego Filho (2007) diz que:

As cinco horas da tarde é dado início ao cortejo. O mastro vai à frente, seguido pelo andor que carrega a imagem de Nossa Senhora da Conceição, acompanhada por enorme multidão. A banda segue tocando músicas sacras, a multidão cantando e rezando(...) O mastro chega à matriz por volta de dezoito horas, sendo recebido por verdadeiras chuvas de fogos de artifícios e foguetes. (RÊGO FILHO, 2007 p. 230).

O mito da imagem vai se resguardar na realidade histórica e cultural do vaqueiro sempre presente na vida do município, embora seja preciso dizer que nos festejos sua presença esteja mais associada a uma representação mais simbólica, já que a maioria dos presentes aparecem ao evento apenas na qualidade de guardiões da tradição popular, de uma época distante da verdadeira profissão de campear rebanhos nos campos. Portanto, é legítimo destacar que a presença do vaqueiro ao longo dos anos, nos festejos alusivos à Nossa Senhora da Conceição, culmina com um ato, onde vaqueiros e curiosos se misturam em meio à celebração, formando uma multidão unida apenas pelo ato da fé, no saudosismo do ressurgimento e fortalecimento da profissão quase desaparecida em meio à evolução urbana.

A figura 15, mostra a representatividade popular do vaqueiro em meio à procissão e carregando o andor com a santa.

Figura 15 - Missa do Vaqueiro



Fonte: Portal Visão Piauí, (2020)

4.5 Memórias que o tempo preservou

Em virtude da Pandemia, adotou-se um método híbrido para compilar memórias que pudessem corroborar com a pesquisa, a fim de verificar se a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição na cidade de Barras trata-se realmente de um lugar de memória coletiva e simbólica como marco da fundação dessa cidade. Disparou-se uma mensagem de texto por telefone, pelo aplicativo WhatsApp para uma lista de 80 pessoas, em janeiro de 2022, e aguardamos o retorno dessas pessoas no prazo de 3 meses para agendar encontros, como critério optou-se por direcionar essas mensagens a pessoas que moram em Barras a fim de verificar se as memórias do surgimento da cidade estão de fato vinculada a construção da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição Anexou-se algumas das contribuições, daqueles que se dispuseram a deixar registrados o seu saber sobre esta cidade. Ao retorno positivo de colaboração via mensagens telefônicas, em virtude do distanciamento social ocasionado pela pandemia nos anos 2020. 2021 e 2022, anos em que ocorreram esta pesquisa, ao sinal positivo de desejo de registro de memória, buscou-se contato pessoal, de modo seguro, para concretizar esse processo metodológico. Como critério de seleção adotou-se apenas a necessidade de conhecer Barras. Acredita-se profundamente que a pesquisa foi acolhida e escolhida pelos que se dispuseram a

contribuir. Seguem as perguntas feitas e as respostas obtidas, com nome, idade e profissão daqueles que buscaram contribuir com suas memórias e relatos. Houve um retorno positivo de aproximadamente 40 pessoas, selecionou-se parte dessas contribuições de figuras do cotidiano, pessoas comuns que fazem o dia a dia acontecer na cidade de Barras para anexar nesta pesquisa, a título de registrar as memórias relacionadas a Igreja Matriz. As perguntas foram objetivas e buscaram validar as suposições levantadas no início desse trabalho. O material coletado é muito maior do que o que se encontra registrado nessas páginas, fornecendo uma vasta fonte para pesquisas futuras. Perguntou-se: Como a cidade de Barras surgiu? Qual a importância da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição para Barras? E, qual lembrança você tem relacionada a Igreja e a cidade?

Em seguida a transcrição de parte das respostas obtidas, bem como nome, idade e profissão daqueles que puderam de alguma forma contribuir com esta pesquisa.

O Senhor Francisco das Chagas, um agricultor barrense de 43 anos, nos relatou parte de suas memórias relacionadas ao surgimento da cidade, ele diz que:

“Barras do Marataoan surgiu em meados do século XVIII por coronéis agropecuaristas vindos do Estado da Bahia vinham em busca de água e terra fértil, aqui chegaram e encontraram uma ilha entre rios e riachos, junto com eles vinham as suas famílias, vaqueiros, ajudantes e escravos por essas terras oferecer suprimentos naturais nutritivos com bonança, logo surgiu outras famílias e formaram a Vila aos redores da Fazenda Buritizinho nas margens do rio Marataoan. Na época a religião predominante era o catolicismo e afrodescendentes, tinham em vista necessidade de um tempo e iniciou a construção e conclusão da Primeira Igreja dedicada à Nossa Senhora da Conceição celebrada a sua festa em 8 de dezembro. A sua primeira arquitetura a frente era para o poente, anos mais tarde para se adequar ao número de pessoas e a arquitetura moderna, foi modificada e a frente passou a ser para a nascente. Hoje, a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição é um dos belos cartões postais de barras dando orgulho aos barrenses, uma referência para a cultura e para o turismo local. Tenho boas lembranças de criança, nas épocas de festividades religiosas com a igreja cheia, praças com muitos feirantes, e seriguelas as vermelhas e suculentas. O sino tinindo anunciava a hora de se arrumar. Chegando à igreja dona Francisquinha Reis rezava o terço, há tempos.” (Francisco das Chagas de Paula Costa, 43 anos, agricultor).

O jovem estudante Francisco Eduardo, nos relatou que:

“A respeito do que sei, surgiu a partir de uma fazenda que na época o nome era Buritizinho, quando foi criada a capela de nossa senhora a cidade começou a se desenvolver ao redor dela. É um dos pontos turísticos e histórico da nossa cidade, com grande significado religioso. Uma vez a cada ano acontece na igreja uma das maiores festas de Barras, o festejo de Nossa Senhora da Conceição. Minha mãe sempre me levava pra igreja desde quando eu era criança. Cresci com esse costume religioso, minhas melhores memórias da igreja são sempre dos festejos de Nossa Senhora da

Conceição, que na época acontecia a missa dos vaqueiros e tinha cavalgadas pela cidade com muitos vaqueiros. Geralmente quando tem eventos na cidade é sempre realizado na praça da Igreja como exemplo as festas de folgedos e aniversário da cidade.” (Francisco Eduardo Fernandes da Costa ,18 anos, estudante).

A professora aposentada Lucia Batista, católica fiel, traz muitos relatos e memórias relacionadas a Igreja e ao desenvolvimento urbano de Barras, dedicou anos a lecionar Ensino Religioso na Unidade Escolar Gervasio Costa, repassando sempre a comunidade os eventos promovidos pela Igreja na cidade.

“Barras-PI surgiu por volta do século XVIII. A chegada aqui era através de barcos pelo Rio Marataoan. Um Coronel de nome Miguel Aguiar teria construído uma Capela. Nela, passou-se a cultuar Nossa Senhora da Conceição. A devoção à Santa, teve e tem grande importância para a igreja (povo) que semana a semana se reúne no templo, para formação humana e espiritual. O festejo da padroeira, acaba sendo também um elemento cultural na cidade. Isso influencia na economia. Além de reencontro das famílias e amigos. Guardo com muita satisfação a lembrança das retretas. A banda de música local tocava nas quintas-feiras e domingos na praça. Era bacana os encontros da juventude. Há cerca de 60 anos, não se tinha roubos nem furtos. Morávamos no Juazeiro 6 km da cidade. Íamos caminhando para o festejo da Imaculada Conceição. Deixávamos a casa sozinha. A porta era uma esteira de palha de coco babaçu amarrada com uma corda. Chegávamos cerca de 23h. Tudo na mais perfeita ordem. Naquela época os pais ensinavam a não tirar nada de ninguém. Uma única goiaba, não se podia tirar sem autorização do dono. Barras do Marataoan! Dela, sinto imensa falta e saudade.” (Lúcia Maria Batista, 60 anos, professora aposentada).

A Mãe solo, barrense Eva Maria, costuma passear com a filha nos fins de tarde na pracinha da Igreja e destaca como a imagem da Igreja chama atenção. Suas memórias já são repassadas para a filha, desse modo observa-se a cultura perpetuar-se por meio dessa transmissão que acontece naturalmente entre as pessoas da comunidade.

“A Cidade de Barras surgiu com a ocupação do seu espaço natural para a criação de gado, surgindo assim os primeiros povoados a partir da criação de uma fazenda chamada Buritizinho. E logo em seguida, a criação de uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Essa igreja é de total importância, pois representa o nascimento de nossa cidade, a devoção e a fé do nosso povo, é um dos mais importantes patrimônios históricos do nosso município. Os festejos de Nossa Senhora da Conceição, a quantidade de pessoas que vem ao nosso município para participar deste evento religioso e a cidade me encanta pela beleza dos rios, existentes em nosso município.” (Eva Maria Gomes Carvalho, 36 anos, mãe em tempo integral).

O professor Kennedy José, um importante comunicador na cidade de Barras, conhecido por muitos, católico, faz questão de apontar as transformações que ele pôde acompanhar na Igreja, desde o piso ao teto, destacando o descuido na preservação.

“A cidade de Barras surgiu através de uma fazenda chamada Buritizinho, onde há relatos que haviam vaqueiros que encontraram uma imagem da virgem da Conceição em um arbusto de espinho. A partir daí surge a cidade Barras. A Igreja é de fundamental importância, pois além de ser um símbolo da religiosidade, é um marco histórico em nossa cidade, além do prédio ter passado por uma grande mudança em sua estrutura física, sendo totalmente alterado. As lembranças que tenho da igreja são de suas janelas que foram alteradas por completo; do presbitério que já foi alterado por 02 vezes, bem como do altar de N. Sra. da Conceição que já sofreu alterações; a sacristia foi mudada por completo; o sino que foi trocado, hoje o mesmo é elétrico; alterações nas capelas na entrada da igreja; alteração do confessionário; mudanças de quadros e imagens e substituição da estrutura de som. A troca do teto; Troca do sacrário; troca das cerâmicas das paredes.” (Kennedy José Alves da Silva ,36 anos, professor).

O artista e estudante de História João Ricardo, tratou de relatar fatos, memórias da própria família, que faz parte do legado cultural da cidade. Ele aponta também para a questão indígena, silenciada e quase não falada em relatos locais, observa-se que a população de fato desconhece a existência de ocupação antes da construção da fazenda e da capela.

“A cidade de Barras surgiu a partir da Fazenda Buritizinho, era habitada por indígenas da tribo Marataoan, que foram expulsos, os coronéis fixaram-se no território explorando e povoando ele. A Igreja de Nossa Senhora da Conceição é a casa da dona das terras onde o município de Barras está situado, além de local de culto religioso, é um prédio histórico que remete aos primórdios da civilização daquele lugar. Fui criado na cidade de Barras no seio da família Castelo Branco, do Coronel Luís Fortes Castelo Branco, a residência deste foi a primeira cadeia de Barras, ao compra-la transformou em residência para sua família, após sua morte ficou de herança para dois, de seus filhos Maria José e José de Deus Pires de Carvalho Fortes Castelo Branco, ambos falecidos.” (João Ricardo Alves Araújo,30 anos, estudante).

A lavradora Cristiane Celino, quase não fala, tímida, responde apenas o que lhe é perguntado, faz questão de destacar a importância da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, pois faz parte da História do povo desse lugar.

“Barras surgiu através da fazenda Buritizinho, aqui ainda se vive muito de roça por causa disso. Eu acho que igreja é importante que ela faz parte da História de barras”. Sua maior lembrança são “Os festejos de Barras”. (Cristiane Celino da Silva, lavradora, 38 anos).

O povo comum, observa as mudanças que acontecem na cidade, o conselheiro tutelar Manoel Messias, destacou em sua fala, algumas mudanças nas ruas próximas do centro, detalhou também algumas memórias relacionadas aos festejos da cidade.

“Barras era uma fazenda chamada buritizinho e um coronel que não lembro o nome construir uma capela e a chamou de Capela de nossa senhora da Conceição foi partir da ir que pouco tempo depois viria a ser uma cidade. A importância da igreja Nossa senhora da Conceição, além de fazer parte da

história de Barras também faz parte de cada Barrense pois crescemos assistindo o famoso festejo de Nossa Senhora da Conceição. As lembranças da igreja são os festejos, missas e da Cidade a maior lembrança era a pequena cidade pouco desenvolvida hoje comparado a duas décadas passada, mudou muito por exemplo tínhamos um único posto de gasolina, A Cubana para abastecer quem tinha seus transportes, além claro de abastecer os que usavam querosene nas lamparinas como era nosso caso.” (Manoel Messias de Sousa Santos, 36 anos, estou conselheiro tutelar).

O professor e coordenador da Escola Estadual Francisca Trindade, relatou o que conhece da história da cidade de Barras, reforçando o discurso já conhecido, em sua fala, percebe-se que esse conhecimento também é repassado em suas aulas, quando encontra oportunidade.

“Barras surgiu da expansão das grandes fazendas de gado, por ser uma região entre rios, era uma região propícia para a criação. A igreja matriz é um símbolo histórico, ela representa a cidade, a fé principalmente dos primeiros povos a habitar a região. A lembrança que tenho relacionada a igreja e a cidade é de todo ano em novembro quando ainda era criança, acompanhar minha mãe na procissão, era exaustivo, mas sempre ao final eu era contemplado com a queima de fogos, para mim aquele momento era compensador, eu ficava encantado!” (Wanderley Alves da Silva, 34 anos, Professor).

O militar reformado, Joaquim Neto Ferreira, responsável por fazer um levantamento histórico da cidade de Barras, comunicador do Portal Visão Piauí, detentor de um acervo fotográfico contendo imagens antigas da cidade, destaca o quanto é importante esse trabalho de reconstrução, embora reconheça a dificuldade dessa empreitada, deixa claro o quanto se faz necessário para deixar o legado registrado para as gerações futuras.

“Barras PI surgiu a partir da Fazenda Buritizinho. A Igreja é o coração da cidade onde se concentra a fé de um povo movido pela religiosidade. Foi com a iniciação da capela e poucas casas ao redor que surgiu o povoamento de Barras, é impossível se desvencilhar a igreja da cidade, uma não vive sem a outra.” (Joaquim Ferreira de Sousa Neto, 42 anos, Militar reformado).

O psicólogo, Benedito Rêgo, pode nos relatar, inúmeras memórias pessoais, de infância e adolescência e destaca emocionado, o quanto esse trabalho é grandioso, em suas falas, entre as lembranças saudosas de um tempo que não volta mais, e as transformações que ele pôde acompanhar, nos deixa claro o quanto é de fato importante, o trabalho de registro dessas memórias para que não se percam.

“Surgiu a partir da Sede de Uma Fazenda de Gado. A Igreja de N. S. da Conceição descendeu de Uma Capela do mesmo nome que existia na Fazenda e foi um dos Marcos Fundamentais pra Fazenda se Transformar em Povoado e o Povoado em Cidade Atualmente, a Igreja de N.S. da Conceição

que tem status oficial de Igreja Matriz da Cidade, outorgado pela Diocese de Campo Maior, à qual pertence eclesiasticamente, ainda mantém uma grande representatividade simbólica para a Comunidade Barrense, mesmo em nossa época pós-moderna. Pra falar a verdade, o que mais me chamava atenção no templo antigo da minha Infância, era uma pintura de N. S. da Conceição no Centro do Teto da Igreja, com Roupas, Manto, e Cabelos Longos - Todos Esvoaçantes. Inclusive passei a identificar a Pintura com a Senhorita Amália Lages, especialmente pela semelhança do Rosto e Cabelos. Essa Pintura ainda faz parte do Acervo da Igreja, porém está reservada à Segundo Plano. Talvez o Pároco atual nem saiba que a mesma faz parte do imaginário de barrenses.” (Benedito F. D. Furtado Rêgo 67a. e 6 meses Mestre em Psicologia Clínica Analítica pela PUC-CAMP, Psicoterapeuta Analítico Breve - com Atuação Voluntária).

Percebeu-se ao longo do trabalho de campo, que o escritor Antenor Rêgo, tornou-se referência para a historiografia barrense, popularmente conhecido como Tena, Antenor é destaque em muitas falas quando se pergunta sobre a história de Barras, sobre a fazenda e a capela, como pode-se observar na fala da professora da educação básica do município, Rosa Maria.

“Conforme os relatos do escritor barrense Antenor Rego, a cidade surgiu pela fazenda de gados Buritizinho, através de um grande fazendeiro de origem da Bahia que habitou nas terras barrenses e um dos seus trabalhadores encontrou uma imagem de uma santa, e fazendeiro ordenou que construir-se uma capela nesse lugar, e a partir dessa construção da capela surgiu a formação da cidade de Barras, ao redor da capela começa surgiu as casas, prédios públicos. Na verdade, a história de Barras se encontra cheia de incertezas e fatos, pois muitos relatos históricos, culturais e sociais se perderam ao longo do tempo e isso faz com que a histórica da cidade não seja bem construída. A igreja tem uma grande relevância na formação histórico-cultural na identidade do povo barrense, pois através da igreja que a cidade surgiu com base no relato do escritor barrense Antenor Rego, onde a população tem um grande respeito e devoção à igreja. A lembrança voltada a igreja é os festejos, que acontecem em novembro, onde a população acolhe com devoção e fé, onde a cidade toda fica euforia para participar do festejo, resultando na movimentação da economia da cidade.” (Rosa Maria da Conceição dos Santos, 28 anos, Professora da educação básica).

O jovem Marcos Carvalho, poeta, estudante de arquitetura e urbanismo, ao falar de Barras, trazendo suas memórias, destaca que:

“Os mais antigos falam que surgiu por meio da fazenda Buritizinho. No local havia uma capela que era dedicada nossa padroeira Nossa Senhora da Conceição. Acredito que é de extrema importância, pois é ali que abriga o início da formação da cidade, e assim como muitas cidades pelo Brasil que iniciaram com a construção de uma capela, Barras entra nesse cenário como uma delas. E a igreja de certa forma, se relaciona não só como símbolo religioso, mas como cultuo de valoração de um patrimônio cultural, hoje, talvez, mais imaterial do que material. Visto que a primeira construção foi demolida. E sobre meus momentos memoráveis, foram mais na minha infância, lembro-me das missas e procissões em que participei. Dos leilões que presenciei. Ah... bom demais!” (Marcos Antônio Carvalho de Oliveira, idade 26, Bombeiro Civil).

Percebeu-se ao longo dessa jornada que a história se repete tanto na zona urbana quanto na zona rural do município, jovens e idosos, homens e mulheres, recontam e repassam memórias relacionadas ao surgimento da cidade de Barras, envolvido em meio a um misticismo perpetuado pela oralidade popular, a dona Lina Gonçalves relata com grandiosidade as histórias que guarda do surgimento da cidade.

“Meu conhecimento do surgimento da cidade de Barras não é muito real, conversar que os mais velhos contam. O que sei é que a cidade de Barras surgiu de uma pequena comunidade religiosa que teve sua primeira capela na localidade Buritizinho, e em pouco tempo uns Vaqueiros andando nas matas encontraram a imagem de Nossa Senhora da Conceição, foi uma grande revolução Religiosa vinham padres pra saber o que fazer as pessoas Religiosas adorando a imagem e logo foi chegando à conclusão de fazer uma igreja no local em que foi encontrado a imagem, e também ficou consagrado que aquela imagem seria a padroeira da cidade que .A partir daí também foi consagrado o nome da pequena cidade Barras do Marathauan, pôr o local ser muito próximo do Rio Marathauan. A nossa igreja da padroeira de Barras é muito importante pra todos pois é a primeira igreja dá nossa cidade e ainda tem o maior patrimônio espiritual. Minhas lembranças da igreja, era uma igreja pequena sem comunidades instrutora de bens materiais pouca mais grande na religião e na fé, pois era a penas uma igreja no município, sobre a cidade também são lembranças de uma cidade pequena com poucas periferias poucos habitantes pouco comércio e pequenos investimentos mais uma cidade boa de se morar sem muita violência. Fiz o que já vi falar não sei se vai ajudar em muita coisa mais creio que dá um rumo.” (Lina Gonçalves da Silva, Lavradora. 60 anos).

Através das falas da professora Janete Costa, pôde-se observar que o catolicismo de Barras é cultural e repassado por gerações dentro da própria família, ela relata muitas memórias da sua própria história, que se envolve numa espécie de simbiose com a história da cidade, e de certa forma o mesmo pôde-se observar em todas as falas das pessoas que se dispuseram a contribuir com este trabalho.

“Recordando-me dos estudos primários, a formação ocorreu a partir de uma Fazenda chamada Buritizinho. A mesma tinha uma capela com devoção a Nossa Senhora da Conceição. É banhada pelos os rios Longá e Marathaoan e 5 Riachos que compõem sua formação hidrográfica. A paróquia de Nossa Senhora da Conceição é o centro da fé em nossa Barras do Marathaoan. Se não me engano, foi o Coronel Miguel Aguiar que iniciou a construção no século XVIII. Somos a Terra dos Governadores, temos estudos que comprovam a demolição da frente da Igreja e, escritos que afirmam em livros o quanto a construção da Igreja é importantíssima para todos os Barrenses. Valorosa em exemplo de Fé, patrimônio e cultura. Sou católica e praticante. Batizada, recebi o sacramento da 1ª Eucaristia, crismada e casada com as bênçãos da Fé Católica. Tenho minha vó Herondina como iniciadora de minhas ações. Ir para as procissões vestida de branco e acompanhada de familiares é uma dádiva que realizo durante os festejos com todo amor. Sou apaixonada pelas belezas naturais. Se fechar os olhos reconheço cada espaço patrimonial de minha Barras. Orgulho de ser barrense. Porém afirmo que a saúde, educação e segurança devem receber um olhar especial por parte de nossos governantes.” (Janete da Silva Costa Rodrigues, 42 anos, Professora de Língua portuguesa).

Em meio ao trabalho de campo, muitas entrevistas foram realizadas, relatos, memórias e histórias foram nos repassado, deixa claro a necessidade popular de ter sua história preservada para posteridade, quase como mecanismo instintivo de sobrevivência e conservação, as pessoas adotam para si uma história, e a repete geração após geração, perpetuando o legado construído através do tempo.

4.6 Memórias pessoais

Não sou filha nascida de Barras, nasci em Campina Grande no Estado da Paraíba, e vim morar na cidade de Barras ainda criança, já ouvia os causos de como a cidade tinha surgido e parecia mágica, uma coisa muito mística. Ainda criança frequentei as terras do Francisco de Assis Carvalho, importante produtor da região, já falecido, para quem meu pai prestava serviços. O Sítio Buritizinho, e eu acreditava que Barras tinha nascido ali, anos mais tarde descobri ser apenas uma homenagem do Sr. Francisquim Carvalho a fazenda a qual dera origem a Barras. Na adolescência quando era apresentada a alguém, sempre vinha uma pergunta. “– Tu és filha de quem?”, como mecanismo de reconhecimento local para identificar de qual família pertencemos, e antes mesmo que eu pudesse responder, geralmente respondiam por mim. “- Ela não é daqui!”, me faltava a sensação de acolhimento, não conseguia ter a idéia de pertencimento, eu não pertencia a Barras, mas também não pertencia à nem um outro lugar pois era aqui em Barras que eu vivia, geralmente também não participava de festas na infância e adolescência, pois as festas eram sempre em família e nós não tínhamos familiares aqui. Os festejos da cidade eram sempre motivo de alegria! Tínhamos roupas novas, íamos a praça, o parque estava na cidade, e os fogos deixavam o céu colorido, os vaqueiros passeavam a cavalo pela cidade, e era época de sorvete, pipoca, seriguelas vendidas nas banquinhas. As missas findavam sempre com um leilão, e as mesmas pessoas que levavam as joias², eram as que ficavam aos redores para arrematar. Naquela época ainda se conhecia todo mundo que frequentava as tão esperadas festas de fim de ano. Me entendi por gente, nesse lugar, anos mais tarde, como estudante de graduação no curso de Licenciatura Plena em História (UESPI) Polo Rio Marataoan, tive contato com a pesquisa histórica e a

²Algo doado pela comunidade para levantar dinheiro para as obras da igreja. geralmente bolos, animais como galinhas ou porcos, frutas. Ao final da missa essas doações são leiloadas.

necessidade de entender, conhecer e me apropriar da cultura da cidade a qual eu já fazia parte a muitos anos, como mecanismo de retribuição e conquistar a sensação de pertencimento. Os contatos com as pessoas, para estudar a história de Barras, com a oralidade, e a pesquisa, me possibilitaram pertencer a todas as famílias que se abriam para contar a sua história. Pesquisar Barras hoje é fruto da necessidade de conhecer a história da cidade que me acolheu.

“Aqueles que passam por nós, não vão sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós.” Antoine de Saint-Exupéry.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou atingir como objetivos: geral compreender a relação entre religião e cidade para moradores de Barras. E específicos: pôde-se observar a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e as suas transformações ao longo do tempo, levantando registros fotográficos e realizando inferências históricas; identificar fontes historiográficas locais cuja escrita servirá nesta pesquisa; verificar se existem registros e legislações de conservação patrimonial a nível municipal e estadual da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; analisar a importância da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição enquanto lugar de memória no surgimento da Cidade de Barras; investigar sobre o calendário de atividades da igreja católica e sobre a relação entre esta instituição e as políticas públicas, notadamente as que lidam com a questão do patrimônio.

Esses objetivos foram cumpridos ao longo desse período dedicado ao trabalho, o objetivo geral de compreender a relação entre religião e cidade para os moradores de Barras, ficou evidente durante as entrevistas e trás novos desafios para se pensar Barras como campo fértil de trabalho para reconstruir sua história pela perspectiva popular.

A metodologia utilizada neste estudo apoiou-se nos registros materiais e imateriais. Utilizou-se o método etnográfico da Descrição Densa do Antropólogo Clifford Geertz (2012) e o método da Arqueologia Histórica do Arqueólogo Pedro Paulo Funari (2002) e por meio de imagens de edificações e das memórias de pessoas que acompanharam as suas construções ou que passaram a habitar a cidade nestes primórdios do seu surgimento.

Delimitou-se como campo empírico do presente estudo, o perímetro central urbano, mais precisamente a Igreja Matriz N. Sra. Da Conceição e o seu entorno, onde realizou-se mapeamento da área, buscou-se ter acesso as atividades intelectuais de homens letrados deste município, suas produções, registros tais como livros, jornais, fotografias e memórias evocadas por sujeitos que trazem à tona parte da história deste município. Portanto, a metodologia contempla observação participante e a pesquisa documental, registros materiais e imateriais. E as entrevistas são sobremaneira campo empírico fundamental para verificação da hipótese levantada a princípio, onde buscava-se verificar a Igreja como lugar de memória coletiva do surgimento da cidade de Barras.

Para alcançar os resultados e respostas acerca das proposições apresentadas como objetivos de estudo, realizou-se a análise bibliográfica e documental, seguidas pela análise das narrativas de memórias relativas ao povo desta comunidade e sua formação urbana por meio de entrevistas, onde reuniu-se informações que serviram de base para a construção desta investigação proposta que possibilitou assim conhecer, identificar e dar visibilidade aos patrimônios material e imaterial de Barras PI.

Este trabalho possibilitou um melhor entendimento acerca da formação do município de Barras pegando como objeto de estudo a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição que tem como dois pilares fundamentais: a fé católica, e a fazenda de gado.

No primeiro capítulo buscamos contemplar uma revisão teórica em que a pesquisa está ancorada, abordando a relação entre História, Antropologia e Arqueologia destacando a trajetória desses conceitos e as mudanças ocorridas nas últimas décadas, bem como conceitos de Arqueologia Histórica, Arqueologia Urbana, Arqueologia da Paisagem, Antropologia e o método da investigação participante, Patrimônio e Patrimônio Cultural, ressaltando a importância da Educação Patrimonial na preservação e salvaguarda da História. Com o objetivo de contextualizar uma pesquisa Arqueológica Histórico-cultural e abordar a definição de sociedades históricas em agrupamentos étnicos e culturais distintos de acordo com a sua cultura material. A partir do texto Arqueologia – Antropologia Ou História? Origens e tendências de um debate epistemológico, o Arqueólogo Luís Cláudio Pereira Symanski, no seu trabalho, busca discutir como Arqueologia e a Antropologia se relacionam ao longo do século XX. Também buscou-se contemplar teoricamente o método etnográfico da Descrição Densa desenvolvido por Clifford Geertz utilizado no nosso campo de pesquisa. Chegou-se à conclusão que a interdisciplinaridade e a pluralidade de conceitos e métodos tendem a fortalecer e abrir possibilidades que permitem um maior corpo teórico, favorecendo liberdade na análise, moveu-se por diversos caminhos do conhecimento, entre a Arqueologia, a Antropologia e a História, possibilitando assumir posicionamentos variados no decorrer desse estudo, não se limitou a atribuir uma resposta única a respeito do objeto de estudo. Neste capítulo levantou-se dados sobre as legislações patrimoniais e pode-se verificar que não existe nada relacionado a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição.

O segundo capítulo foi dedicado a uma contextualização histórica e geográfica do espaço pesquisado, onde buscou-se uma revisão dos principais fatos históricos do processo de colonização do Piauí e a caracterização do espaço da pesquisa: o município de Barras destacando onde está sua localização, através de mapeamento realizado na área pesquisada, abordando a história do seu povoamento e emancipação política, revelando aspectos culturais, demográficos e econômicos. Para que haja uma melhor compreensão dessa temática buscou-se uma revisão teórica do processo de colonização do Piauí, e os motivos que levaram homens a abandonarem muitas vezes suas origens e se aventurar pelas terras desconhecidas, até então, do sertão piauiense. Citados neste capítulo destaca-se como referências bibliográficas na pesquisa sobre o processo de colonização do Piauí o Historiador e Sacerdote Religioso Monsenhor Chaves e Padre e Historiador Serafim Leite. Também buscou-se verificar os escritores e intelectuais que buscam manter de alguma forma registros dessa cidade.

No terceiro capítulo foi abordado especificamente a análise de documentos sobre a pesquisa arqueológica, a fazenda e a Igreja dedicada a Nossa Senhora da Conceição, onde pode-se observar total desconstrução da primeira edificação e que não existem materiais que remetam aos primórdios dessa Igreja, O testamento do Coronel Miguel de Carvalho Aguiar, as primeiras famílias e o relato das possíveis origens, bem como o entendimento de uma cidade que surgia no meio rural, o processo de urbanização no entorno da igreja, aspectos urbanos, a análise das transformações da igreja ao longo do tempo através de registros fotográficos, e as tradicionais festividades religiosas que passa de geração em geração ao longo dos anos desde o início do povoamento deste lugar, bem como o levantamento de algumas memórias coletivas que tratam do surgimento da cidade de Barras. Destaca-se como referências bibliográficas escritores e historiadores locais como Antenor Rego Filho e o professor Dílson Lages de fundamental importância para essa pesquisa, como fontes vivas, com registros escritos e orais, as entrevistas realizadas no final desta pesquisa vieram carregadas de valiosa contribuição, enfatizando que a Igreja Matriz trata-se sim de um marco simbólico e lugar de memória coletiva à medida que se encontra mesclada com o imaginário popular de surgimento da cidade de Barras e chega-se à conclusão da valiosa contribuição e importância desses registros na conservação e salvaguarda do Patrimônio Material e Imaterial da história de Barras.

Por fim chega-se à conclusão que de fato as memórias coletadas neste período de pesquisa e os escritos locais, apontam a Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição na cidade de Barras como um lugar de memória coletiva e simbólica do marco da fundação dessa cidade, mas que não existem legislações que resguardecam a Igreja como Patrimônio, deixando o edifício à mercê de descaracterizações ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1973.251p

AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de; SOUZA, Amilton Justo de. **A importância da cultura material e da Arqueologia na construção da História**. História Unisinos, São Leopoldo, v. 14, n. 1, p. 62-76, jan./abr. 2010

BARRAS, **Lei Organica do Municipio de Barras PI**, Capitulo IV, Art. 138, 2012. Disponível em: <https://www.barras.pi.leg.br/leis/lei-organica-municipal/lei-organica>. Acesso em: 15/05/2022

BORBA, Fernanda Mara; DE ALMEIDA, Graciele Tules; DA ROCHA BANDEIRA, Dione. **História Oral E Arqueologia: Possibilidades E Limites Das Fontes Oraís Na Pesquisa Arqueológica**. VIII Encontro Regional Sul De História Oral. Joinville UNIVILLI 2015 p.1-7

BURKE, Peter. **A escrita da história**. Unesp, 1992. p.59

CARVALHO, Gilberto de Abreu Sodré. **José Carvalho De Almeida E A Formação Histórica De Barras Do Marataoã**. Portal Entretextos. 2015 Disponível em: <https://www.portalentretextos.com.br/post/as-origens-de-barras-do-marataoa> acesso em: 06/05/2022

CARVALHO, Francisco de Assis. **Obras Inacabadas**. FSC, 2013. p.81

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa, Teresina**. Fundação Municipal de Cultura Monsenhor Chaves. 2013. p. 639

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: **Histórico, conceitos e processos**. Revista de Educação Patrimonial IPHAN, 2014.

ENNES, Ernesto. **As guerras nos Palmares: subsídios para a sua história**. Brasileira, 1938.

FARIA, L.C. **Domínios e Fronteiras do Saber: A Identidade da Arqueologia**. IV Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Santos. M.C.M. Scatamacchia; M.I.D.A. Fleming (Eds.) Dédalo, pub. avulsa 1. São Paulo 1989 p. 26-39.

FONSECA NETO, Antônio. In: **Municípios Turísticos Piauienses – Barras. Teresina**: Sebrae, 1996. p. 17-19.

FUNARI, P.P.A. **A Arqueologia Histórica em uma perspectiva mundial**. In: **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul, Cultura Material, Discursos e Práticas**. Andrés Zarankin e María Ximena Senatores (orgs), Buenos Aires, Ediciones del Tridente, 2002, 107- 116.

FUNARI, P.P.A. **Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte Centro de Ensino Superior do Seridó** – Campus de Caicó. V. 06. N. 13, dez.2004/jan.2005. – Semestral ISSN - 1518-3394 Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme

FUNARI, Pedro Paulo A. **Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica**. Mneme-revista de humanidades, v. 6, n. 13, 2005 p.1-5

FUNARI, Pedro Paulo A. **Teoria arqueológica na América do Sul**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. p.1-36

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Editora Universidade de Brasília, 1963, p. 133.

GAMEIRO, Alvina. **Chico Vaqueiro do meu Piauí**. Ed. Henriqueta Galeno. Fortaleza – Ceará, 1971.

GASPAR, Maria Dulce. História da construção da Arqueologia Histórica brasileira. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 13, p. 269-301, 2003.

GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas**.2012

GHENO, Diego Antônio; MACHADO, Neli Teresinha Galarce. Arqueologia Histórica– Abordagens. **História: Questões & Debates**, v. 58, n. 1, 2013. p.161-183

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Chão de estrelas da História de Barras do Maratãoan**. Teresina, EDUFPI, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.p.51

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo V. Rio de Janeiro, Instituto Nacional, 1945.

LEPETIT, Bernard. **“É possível uma Hermenêutica Urbana?” In: Por uma nova história urbana. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação HelianaAngotti Salgueiro**. Tradução Cely Arena. São Paulo, Edusp, 2001.

LIMA, Tania Andrade. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v. 1, n. 1, p. 225-262, 1993.

LIMA, Tânia Andrade 2000 **Teoria e Método na Arqueologia Brasileira: avaliação e perspectivas**. S. Mendonça de Souza (Ed.) Anais do IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira. Versão eletrônica.

LIMA, Tânia Andrade **O papel da arqueologia histórica no mundo globalizado**. A. Zarankin; M.X. Senatore (Eds.) Arqueologia da Sociedade Moderna na América do

Sul. Cultura Material, Discursos e Práticas. Buenos Aires, Ediciones dei Tridente 2002

MARTINS, Manuela; RIBEIRO, Maria do Carmo Franco. **A arqueologia urbana e a defesa do património das cidades.** 2010.

MARX, Murillo. **Cidades no Brasil – Terra de Quem?** São Paulo: Edusp, 1991. 144p.

MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano.** São Paulo, EDUSP, 1988. 219p.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade.** Teresina, Projeto Petrônio Portella, 1985. 144p.

NUNES, Paulo Manoel, **A Geração Perdida.** Brasília –DF: editora ARTENOVA S.A, 1979

OLIVEN, Ruben George. **A Antropologia de Grupos.** Editora Vozes, 1985

POLLA K, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio.** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, V'01. 2. n. I, 1989/3

REDE, Marcelo. **História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material.** Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 265-282, jan./dez. 1996.

REGO FILHO. Antenor. **Barras, Histórias e Saudades.** EDUFPI, 2007.

REGO FILHO. Antenor. **Paroquia de Nossa Senhora da Conceição das Barras do Marathaoan.** Nova Aliança, 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova da crítica da geografia a uma geografia crítica.** hucitec 1978.

SCHIFFER, Michael B. **Contexto arqueológico e contexto sistêmico.** Antiguidade Americana , v. 37, n. 2, pág. 156-165, 1972.

SCHLERETH, Thomas J. Columbia, Columbus e Columbianism. **The Journal of American History** , v. 79, n. 3, pág. 937-968, 1992.

SILVA, Grazielle Aparecida Chianpesan. **Educação patrimonial no ensino de arte: reflexão teórico-prática.** 2018.

SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia – **antropologia ou história? Origens e tendências de um debate epistemológico.** Tessituras, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 10-39, jan./jun. 2014.